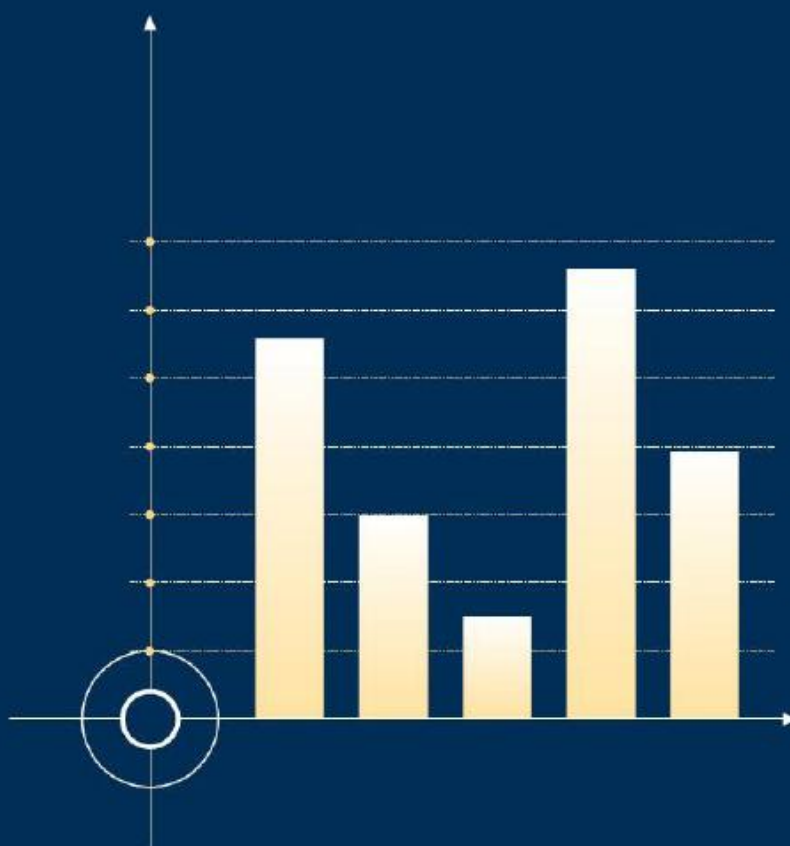


# Relatório *Mensal* **de Economia**

Edição da Associação Empresarial de Portugal



# RELATÓRIO MENSAL DE ECONOMIA – Nº 166

## EDIÇÃO DA

## ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

**MARÇO 2009**

<b>DESTAQUE .....</b>	<b>3</b>
<b>ECONOMIA INTERNACIONAL .....</b>	<b>5</b>
<b>ECONOMIA NACIONAL.....</b>	<b>23</b>
<b>PRINCIPAIS SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS.....</b>	<b>44</b>

## **DESTAQUE**

### **Economia Internacional**

**(...) o Director-geral do Fundo Monetário Internacional (...) criticou a falta de união dos líderes da UE, que, segundo ele, foram “incapazes de encontrar qualquer tipo de solução comum”. (Pag.6)**

**No início de Março, o BCE voltou a reduzir em 50 pontos base as suas taxas de juro directoras (...) (Pag.8)**

**(...) a equipa do BCE divulgou novas projecções macroeconómicas para a zona do euro, claramente mais desfavoráveis do que os últimos números da Comissão Europeia (...) (Pag.8)**

**Os dados mais recentes do Eurostat para a zona do euro continuam a apontar para o prolongamento da retracção no desempenho industrial na maioria dos países (...) (Pag.9)**

**Os últimos resultados (...) apontam para um prolongamento da deterioração do clima de confiança dos agentes económicos, tanto na zona do euro como na UE (...) (Pag.11)**

**(...) o Congresso norte-americano chegou a um acordo quanto ao pacote de estímulo económico (...) (Pag.12)**

**(...) a informação mais recente (...) continuou a apontar para um andamento negativo da actividade económica [nos EUA] nos próximos meses, embora com a possibilidade de algum desagravamento. (Pag.15)**

**(...) o mês de Fevereiro ficou assinalado pela forte depreciação do iene nos principais câmbios (...).O euro recuou face ao dólar e à libra (...) (Pag.17)**

**Em Fevereiro, os principais índices internacionais voltaram a recuar de forma bastante acentuada. (Pag.18)**

**As cotações das matérias-primas retomaram uma trajectória de descida (...) (Pag.20)**

**Pela primeira vez, o FMI prevê para 2009 uma redução do PIB mundial, quantificada entre -1% e -0,5%. (Pag.22)**

## **Economia Nacional**

**O Ministro da Economia anunciou um Programa de apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME) no total de 400 milhões de euros, designado PME Consolida.** (Pag.25)

**O ministro da Economia, Manuel Pinho, anunciou uma terceira linha de apoio para seguros de crédito (...)** (Pag.26)

**As taxas de juro do mercado monetário europeu mantiveram a trajectória de descida em Fevereiro (...)** (Pag.30)

**O índice accionista nacional de referência retomou o movimento descendente em Fevereiro, acompanhando a tendência negativa no exterior.** (Pag.31)

**Os números divulgados [das contas nacionais] confirmam a previsão de crescimento nulo do PIB no ano de 2008 mas atenuam a variação trimestral de -2,1% (...) para -1,8%.** (Pag.32)

**Apesar da deterioração do indicador de confiança dos consumidores, o indicador coincidente do Bdp e o volume de negócios do comércio a retalho dão alguns sinais de recuperação no consumo.** (Pag.34)

**Os dados mais recentes disponíveis continuam a apontar para a continuação da deterioração da evolução do investimento.** (Pag.35)

**Angola, mercado de destino com um crescimento de 34%, passou a ocupar a quarta posição em 2008, ultrapassando o Reino Unido e os Estados Unidos.** (Pag.36)

**De acordo com a série revista do índice de produção industrial, em Janeiro registou-se um agravamento muito forte do ritmo de quebra (...).** (Pag.37)

**(...) o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação homóloga de 0,2% (...)** (Pag.40)

**(...) o défice da balança corrente aumentou 28,9% em 2008, para perto de 20 mil m.e., ou 12% do PIB (...)** (Pag.42)

## ECONOMIA INTERNACIONAL

### 1. União Europeia / Zona Euro

#### 1.1. Envolvente

Numa comunicação publicada no mês de Fevereiro, **a Comissão Europeia apresentou diversas propostas dirigidas ao sector automóvel**, particularmente afectado pela crise. Com base no plano europeu para a recuperação económica, a Comissão propõe medidas para melhorar o acesso ao crédito, clarificar as regras de concessão de ajudas de Estado, favorecer a procura de novos veículos, minimizar os custos sociais, proteger a mão-de-obra qualificada e garantir uma concorrência leal nos mercados. A Comissão propõe também uma nova parceria com a indústria, os sindicatos e os Estados-membros, no quadro da iniciativa CARS 21, destinada a reforçar uma resposta comum ao combate à crise neste importante sector da economia europeia.

**O relatório do Grupo de Alto Nível presidido por Jacques de Larosière recomendou que a supervisão do sistema financeiro na União Europeia (UE) deverá passar a ser enquadrada e coordenada por dois novos órgãos** a criar até 2012 para avaliar os riscos sistémicos e emitir "alertas rápidos" capazes de prevenir a emergência de crises como a actual. As primeiras decisões nesta matéria deverão ser tomadas no Conselho Europeu do próximo mês de Junho.

A Comissão Europeia reiterou que **qualquer que seja o mecanismo de limpeza dos activos "tóxicos" das instituições financeiras escolhido pelos Estados-membros, a sua avaliação terá de ser baseada em critérios uniformes para evitar distorções de concorrência** entre os Vinte e Sete. De acordo com a Comissão, estes activos terão de ser avaliados, de forma independente, em função do seu valor económico real. Qualquer avaliação acima do valor real será considerada como uma ajuda de Estado e analisada em conformidade, podendo implicar a reestruturação dos bancos em causa e o cumprimento de regras, tais como a limitação dos dividendos pagos aos accionistas ou da remuneração dos seus dirigentes.

Numa cimeira informal que teve lugar no dia 1 de Março, **os Chefes de Estado e de Governo da UE acordaram em três grandes linhas de acção para enfrentar a crise económica e financeira:**

No que respeita a primeira linha de acção – **criar um clima de confiança e promover a estabilidade financeira** – reconheceram que o desbloqueamento dos canais de crédito é crucial para a eficácia das medidas de estímulo orçamental e sublinharam a importância de tratar os activos bancários depreciados. Consideraram essencial melhorar a regulamentação e a supervisão das instituições financeiras e assegurar a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas. Embora concordando que a estabilidade macrofinanceira deverá ser reforçada no conjunto da UE, rejeitaram a ideia de um plano global de apoio a um conjunto de Estados-membros em maiores dificuldades, tendo-se optado por uma análise caso a caso, para cada Estado-membro que se defronte com desequilíbrios macroeconómicos.

Relativamente à segunda linha de acção – **voltar a pôr a economia real no bom caminho** – foi sublinhado que o protecçãoismo não é resposta para a actual crise: o Mercado Único deverá ser o principal motor de relançamento para apoiar o crescimento e o emprego. À escala da UE, serão utilizadas todas as potencialidades dos instrumentos existentes, tais como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, a fim de limitar a perda de postos de trabalho.

Quanto à **colaboração no plano mundial** (a terceira linha de acção definida), a cimeira concluiu que os esforços desenvolvidos internamente se deverão reflectir a nível internacional, sublinhando a importância da reunião do G 20 prevista para 2 de Abril, em Londres.

Numa reacção às conclusões desta cimeira, **o Director-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn, criticou a falta de união dos líderes da UE, que, segundo ele, foram “incapazes de encontrar qualquer tipo de solução comum”.**

Face à situação económica mundial, **os ministros das Finanças da zona do euro apelaram às empresas para evitarem os despedimentos colectivos** e optarem, em articulação com os poderes públicos, por mecanismos de desemprego parcial acompanhado de acções de formação.

O Eurogrupo recomendou a redução de horários ou paragens temporárias como instrumentos flexíveis que permitirão ajustar as horas de trabalho em função das necessidades de produção.

**Os seis países europeus do G20, França, Alemanha, Reino Unido, Itália, Espanha e Holanda, reunidos em Berlim em preparação da cimeira deste fórum a 2 de Abril próximo, acordaram na necessidade de concretizar uma reforma do sistema financeiro internacional, no âmbito da qual se prevê a penalização dos paraísos fiscais.**

**Portugal vai contribuir para o *Trust Fund* da Facilidade de Investimento da Vizinhança (FIV), gerido pelo Banco Europeu de Investimento, no montante total de um milhão de euros.**

A FIV insere-se numa das prioridades estratégicas da União Europeia (UE) – a Política Europeia de Vizinhança (PEV) – cujo objectivo é o de estabelecer uma área de prosperidade, estabilidade e segurança, abrangendo a UE e os seus vizinhos, sendo que o propósito essencial deste novo instrumento é o da mobilização de investimentos em alguns sectores específicos, como sejam a energia, os transportes, o combate a ameaças ambientais e o desenvolvimento do sector privado, sobretudo no que concerne às PME.

## 1.2. Política Monetária

### INDICADORES MONETÁRIOS E FINANCEIROS – ZONA EURO

	08: I	08: II	08: III	08: IV	Out-08	Nov-08	Dez-08	Jan-09	Fev-09
Agregado Monetário M3 <sup>(1)</sup>	11,1	10,0	8,9	7,9	8,7	8,3	7,9	7,0	-
Taxas de Juro Mercado Monetário									
- taxa <i>overnight</i>	4,05	4,00	4,25	3,15	3,82	3,15	2,49	1,81	1,26
- Euribor a 3 meses	4,48	4,86	4,98	4,21	5,11	4,24	3,29	2,46	1,94
<i>Yields</i> Obrig. Estado a 10 anos	4,08	4,52	4,40	3,90	4,25	3,77	3,69	4,02	3,85
Taxas de Juro Bancárias									
- Depósitos a prazo até 1 ano	4,14	4,34	4,62	4,26	4,77	4,26	3,75	-	-
- Emprést. até 1 ano a empresas <sup>(2)</sup>	5,89	6,10	6,29	5,98	6,52	6,04	5,38	-	-

Fonte: Banco Central Europeu; valores médios do período, em percentagem;

(1) Taxa de variação homóloga em média móvel de três meses, em percentagem. Valores corrigidos de todas as detenções de instrumentos negociáveis por agentes residentes fora da área do euro.

(2) Obrigações com notação AAA.

(3) Taxas de juro para empréstimos até 1 milhão de euros.

**O Banco Central Europeu (BCE) deixou inalterados os seus referenciais de política monetária na reunião de 5 de Fevereiro.** Deste modo, **a taxa de juro das operações principais de refinanciamento permaneceu em 2% (um mínimo de quase seis anos)**, e as taxas de depósito e cedência de liquidez em 1% e 3%, respectivamente.

**Para justificar a decisão, o BCE referiu, com base nas usuais análises económica e monetária, que a área do euro e os principais parceiros atravessam um período prolongado de abrandamento económico significativo e, por conseguinte, as pressões inflacionista internas e externas estão a diminuir. Esta avaliação foi corroborada pelos indicadores disponíveis das expectativas de inflação no médio prazo, sendo também confirmada pela nova desaceleração do crescimento monetário e do crédito na área do euro. O nível de incerteza voltou a ser caracterizado como**

**“excepcionalmente elevado”**, pelo que o BCE prometeu continuar a “acompanhar muito atentamente todos os desenvolvimentos no período que se avizinha”.

**Na análise económica do BCE, foi referido que a actividade económica** a nível mundial, incluindo na área do euro, **registou um enfraquecimento substancial** em face da intensificação e generalização da turbulência nos mercados financeiros. **A procura externa de exportações da área do euro diminuiu e a procura interna foi afectada negativamente por factores internos, como um grau de confiança muito baixo e condições de financiamento restritivas.**

**Em relação à análise da evolução monetária, o BCE reconheceu que a intensificação e generalização da turbulência financeira desde Setembro de 2008 afectou significativamente a evolução dos agregados monetários.** Tanto o agregado monetário largo M3 como, em particular, as componentes mais estreitamente relacionadas com as actuais tensões financeiras – tais como as detenções de fundos do mercado monetário – têm apresentado uma volatilidade elevada, verificando-se uma substituição significativa entre componentes. Em tendência, o ritmo da expansão monetária (medida pelo agregado M3) continua a abrandar desde o pico observado no início de 2007. **Quanto à evolução do crédito bancário, o BCE apontou “alguns sinais de uma estabilização do ritmo de maior restritividade dos critérios aplicados pelos bancos na concessão de crédito”**, mantendo-se ainda em níveis elevados em termos históricos.

***No início de Março, o BCE voltou a reduzir em 50 pontos base (p.b.) as suas taxas de juro directoras, situando a taxa de juro das operações principais de refinanciamento no nível mais baixo de sempre (1,5%), já mais próximo dos referenciais de política monetária dos outros grandes blocos económicos.***

### **1.3. Economia Real**

Em 23 de Fevereiro **a equipa do BCE divulgou novas projecções macroeconómicas para a zona do euro, claramente mais desfavoráveis do que os últimos números da Comissão Europeia**, publicados em Janeiro. A queda do PIB prevista para 2009, entre -3,2% e -2,2%, ficará a dever-se sobretudo à evolução negativa do investimento e das exportações.



### Projeções para a área euro elaborados por especialistas do Eurosistema

	2008	2009	2010
HICP	3,3	0,1 a 0,7	0,6 a 1,4
PIB	0,8	-3,2 a -2,2	-0,7 a 0,7
Consumo Privado	0,5	-1,2 a -0,2	-0,4 a 1,0
Consumo Público	2,1	1,3 a 2,1	1,1 a 1,9
FBCF	0,3	-8,6 a -5,8	-4,3 a -0,3
Exportações	1,8	-9,7 a -6,9	-4,3 a 1,9
Importações	1,8	-8,0 a -5,0	-1,6 a 2,6

Fonte: BCE

Esta informação dá-nos uma ideia mais clara das bases em que o BCE conduz a sua política monetária. É de destacar a previsão para a inflação média anual medida pelo IHPC que deverá registar uma queda para um intervalo entre 0,1% e 0,7% em 2009, face a 3,3% em 2008. Em 2010, projecta-se que a inflação se situe entre 0,6% e 1,4%. Pode assim compreender-se a afirmação recente de responsáveis do BCE de que ainda existe folga para a uma nova baixa das suas taxas directoras.

Os peritos do BCE ainda não prevêem uma clara recuperação da economia em 2010, apontando para um crescimento nulo do PIB, em termos reais, nesse ano.

Uma primeira estimativa do Eurostat para a Balança Corrente da União Europeia, divulgada em 11 de Março, prevê um défice de 21 mil milhões de euros no quarto trimestre de 2008 (14,7 mil milhões de euros em igual trimestre de 2007). Quanto à zona do euro (a 15) a previsão é de um défice de 14,6 mil milhões de euros (contra um excedente de 10,6 mil milhões de euros em igual trimestre de 2007)

**Os dados mais recentes do Eurostat para a zona do euro continuam a apontar para o prolongamento da retracção no desempenho industrial na maioria dos países**, tendo a produção caído, em termos anuais (de Janeiro de 2008 a Janeiro de 2009), cerca de 17,3% na zona do euro e de 16,3% no conjunto da UE. Em relação ao mês de Dezembro a queda foi de 3,5% na zona do euro e de 2,9% no conjunto da União.

## Produção Industrial

Zona Euro a 16	Ago-08	Set-08	Out-08	Nov-08	Dez 08	Jan 09
Total da Indústria	-0,2	-1,9	-5,5	-8,8	-11,8	-17,3
Bens Intermédios	1,5	-2,2	-6,6	-11,8	-19,9	-24,4
Energia	-0,7	-1,3	-3,3	-5,3	-4,8	-2,9
Bens de capital	0,9	-1,3	-5,8	-9,0	-11,7	-21,4
Bens de consumo duradouro	-6,6	-7,1	-8,0	-11,3	-13,4	-18,0
Bens de consumo não duradouro	-2,9	-1,6	-2,3	-3,4	-2,0	-4,9

Fonte: Eurostat; tvh em %.

O desempenho do indicador no mês em análise apresentou novamente algumas disparidades entre suas componentes, mas apenas com evolução marginalmente favorável na energia, como demonstra o quadro acima.

Ao nível dos maiores Estados-membros, saliente-se a forte queda da produção industrial (a maior de todas) na Alemanha, passando de uma tvh anual de -11,8% no mês precedente para -19,1%. A Espanha, manteve o mesmo comportamento de Dezembro, com uma queda de 20,2% na produção industrial Fora da zona do euro, a produção industrial do Reino Unido continuou o seu mau desempenho, passando de uma tvh de -9,1% para -11,9% no mês de Janeiro.

Em relação aos indicadores de procura interna final, **os dados do Eurostat mostram que o índice de volume de negócios do comércio a retalho da zona do euro melhorou ligeiramente relativamente a Dezembro** (dados corrigidos de sazonalidade), mantendo-se ainda, contudo, em valores negativos.

## Volume de Negócios no Comércio a Retalho

	Jul-08	Ago-08	Set-08	Out-08	Nov-08	Dez 08	Jan 09
União Europeia	-0,2	-0,4	-0,1	-1,2	-1,7	-1,8	-1,2
Zona Euro a 16	-1,5	-1,5	--0,7	-2,1	-2,6	-2,4	-2,2

Fonte: Eurostat, tvh em %

Fora da zona do euro, voltou a observar-se uma recuperação, em termos anuais, do comércio a retalho no Reino Unido, com um crescimento de 2,9%.

**A taxa de variação homóloga dos preços da zona do euro, em Fevereiro, aumentou para 1,2%, subindo dos 1,1% verificados em Janeiro.**

## Inflação

	tvh			Taxas médias de 12 meses	Taxas mensais
	Fev 09	Jan 09	Dez 08	Fev 09	Fev 09
Zona Euro	1,2p	1,1	1,6	2,9p	0,4p
UE	1,7p	1,8	2,2	3,4p	0,4p

Fonte: Eurostat, % variação IHPC.

Em termos de países as taxas de inflação mais baixa verificaram-se em Portugal e na Irlanda (0,1%) e as mais elevadas na Finlândia e em Malta.

**De acordo com dados do Eurostat** (ajustados de sazonalidade), **a taxa de desemprego da zona do euro subiu para 8,2% no mês de Janeiro**, mais 0,1 p.p. que em Dezembro. O Eurostat estima assim que mais de 13 milhões de pessoas na zona do euro se encontrassem em situação de desemprego no mês em destaque. **Considerando o cômputo geral da UE, a taxa de desemprego aumentou 0,2 p.p. para 7,6%.**

## Taxa de Desemprego

	Jan 08	Ago 08	Set 08	Out 08	Nov 08	Dez 08	Jan 09
UE	6,8	7,0	7,1	7,2	7,3	7,9	7,6
Zona Euro a 16	7,3	7,5	7,6	7,8	7,9	8,1	8,2

Fonte: Eurostat; % da população activa, dados ajustados de sazonalidade.

Os países da zona do euro (com dados disponíveis) com taxas de desemprego mais baixas eram, em Janeiro, a Holanda (2,8%) e a Áustria (4,0%). O país com a taxa mais alta de desemprego era a Espanha (14,8%). A taxa de desemprego subiu em todos os países da União, com excepção dos dois países de taxa mais baixa atrás referidos, a Suécia e a Finlândia, que mantiveram os valores de Dezembro.

**Os últimos resultados (Dezembro) fornecidos pelos inquéritos aos consumidores e às empresas (compilados pela Comissão Europeia) apontam para um prolongamento da deterioração do clima de confiança dos agentes económicos, tanto na zona do euro como na UE**, voltando a registar um novo valor mínimo desde Janeiro de 1985, data em que se iniciou esta compilação de indicadores de conjuntura. O declínio foi, contudo, inferior ao verificado em meses anteriores.

## Indicador de Confiança na União Europeia

	Ago. 08	Set. 08	Out. 08	Nov.08	Dez08	Jan09	Fev09
Indústria	-10	-13	-19	-25	-32	-33	-37
Serviços	-2	-4	-10	-18	-23	-28	-29
Consumidores	-19	-19	-23	-24	-28	-31	-32
Comércio a retalho	-14	-13	-16	-18	-25	-25	-24
Construção	-18	-20	-25	-29	-32	-36	-38
= Indicador do Clima Económico (ESI)	86,7	84,9	77,2	70,5	66,6	63,1	61,0

Fonte: Comissão Europeia

No mês de Fevereiro, este indicador recuou para os 65,4 pontos (queda de 1,8 pontos) na zona do euro, permanecendo num patamar muito abaixo da sua média de longo prazo (valor de referência 100).

O indicador de clima na UE apresentou uma evolução semelhante (uma queda de 3,1 pontos) ao seu homólogo da zona do euro, como se pode ver no quadro acima. De notar que, em consonância com outras fontes, as perspectivas no comércio a retalho melhoraram ligeiramente.

Ao nível dos países de maior dimensão da zona do euro, assistiu-se a uma quebra mais substancial no indicador de clima económico na Espanha (queda de 2,2 pontos). Quase todos os países apresentaram quedas nos referidos indicadores, com variações muito pequenas na Itália e na França. No Reino Unido verificou-se uma queda bastante acentuada (3,8 pontos).

## 2. Estados Unidos da América

### 2.1. Envolvente Política, Social e Económica

**Em Fevereiro, o Congresso norte-americano chegou a um acordo quanto ao pacote de estímulo económico, com o valor a ser reduzido para 787 mil milhões de dólares (m.m.d.) face à proposta inicial de 825 m.m.d. da Administração Obama. A proporção dos cortes de impostos no montante global passou de 22% para 35%.**

**O anterior Presidente da Reserva Federal, Alan Greenspan, alertou que, sem uma solução mais sustentada para o sector bancário, este pacote de estímulo económico apenas irá proporcionar um efeito de curto prazo.** Por isso, **Greenspan sustentou que a Administração Obama terá de requerer ao Congresso fundos adicionais para recapitalizar o sistema financeiro**, além dos 700 m.m.d. definidos ainda pela Administração Bush. Segundo Greenspan, uma das lições retiradas da experiência do Japão nos anos 90 é que a estabilização do sistema financeiro deve preceder o estímulo fiscal.

Pouco depois, **o Presidente Obama anunciou um montante de 75 m.m.d. em nova despesa para ajudar as famílias com dificuldade em pagar o crédito à habitação, mais 200 m.m.d. de apoio ao mercado hipotecário por via das agências Fannie Mae e Freddie Mac.**

Em Fevereiro, **o Presidente Obama apresentou o Orçamento Federal para o ano fiscal de 2010, propondo uma redução do défice para 8% do PIB face ao máximo do pós-guerra previsto para 2009 (12,3%, que compara com 3,2% em 2008), na sequência das medidas de apoio ao sistema financeiro e à actividade económica. Estes valores assentam numa previsão de variação do PIB de -1,2% em 2009 e de 3,2% em 2010, com a taxa de desemprego a diminuir de 8,1% para 7,9%.**

**As habituais projecções orçamentais a uma década propõem como meta a redução do défice orçamental até 3% em 2013, oscilando depois em torno deste valor nos anos subsequentes. A melhoria da posição orçamental será conseguida através do agravamento da carga fiscal para os mais ricos (que vêem também expirar os cortes de impostos até 2011 decididos pela anterior administração), da receita angariada com o mercado de licenças de emissão de carbono (a criar até 2012), da redução de despesa militar associada às operações no Iraque e Afeganistão, e da eliminação de alguns programas de despesa.**

**Parte dos fundos angariados com o mercado de licenças de carbono será aplicada no financiamento de projectos de tecnologias de energia “limpa” ao longo de 10 anos. Em termos de despesa adicional, saliente-se também uma provisão de 750 m.m.d para a estabilização do sistema financeiro que, a ser usada, irá somar-se aos 700 m.m.d. de apoio decidido ainda pela anterior administração.**

**Em paralelo, será criado um fundo de reserva de 634 mil milhões de dólares ao longo de 10 anos para financiar a reforma do sistema de saúde, que passará a ter uma cobertura universal, pretendendo-se, ao mesmo tempo, uma redução dos custos do sistema a longo prazo.**

**Pouco depois, o Presidente Obama anunciou a retirada da maior parte das tropas norte-americanas destacadas no Iraque até Agosto de 2010 (cerca de dois terços), permanecendo ainda cerca de 50 mil soldados até final de 2011.**

**No decorrer do mês, o Presidente Obama pressionou o Congresso a aprovar rapidamente as reformas regulatórias capazes de restaurar a transparência, a responsabilidade e a confiança no sistema financeiro.** Em cima da mesa estão reformas como a criação de um regulador de risco sistémico, que deverá vir a ser atribuída à Reserva

Federal, a consolidação dos sistemas de regulação do sistema financeiro, a contabilidade dos *hedge funds*, o papel das agências de *rating*, as transacções de derivados e a relação com o crédito hipotecário, entre outras.

**No final de Fevereiro, o Governo nacionalizou parcialmente o Citigroup, assumindo uma posição de 36% no banco através da emissão de acções preferenciais convertíveis em capital ordinário.** Esta foi a quarta intervenção em quatro meses para socorrer uma das maiores instituições financeiras dos Estados Unidos e evitar uma maior desestabilização do sistema financeiro do país.

**Este tipo de ajuda fora definido pouco dias antes pelo Governo, que prometeu uma ajuda temporária na angariação de capital aos bancos com maiores dificuldades de financiamento, em função de um conjunto de testes de “stress” financeiro** definidos com cenários extremos. Como condição para aceder aos fundos, **os bancos socorridos pelo Governo terão de restringir as remunerações dos executivos de topo a um máximo anual de 500 mil dólares** e os pagamentos em acções apenas serão possíveis após a restituição dos fundos públicos. **Dentro do plano para o sector bancário, destaca-se ainda a criação de um fundo de investimento público-privado para absorver os activos mais problemáticos das instituições financeiras.** Neste modelo de parceria público-privada, **o Governo irá usar uma combinação de garantias e financiamento público.**

## 2.2. Economia Real

**O Departamento do Comércio reviu em acentuada baixa a estimativas do PIB norte-americano no quarto trimestre,** com a taxa de variação trimestral a passar a de -3,8% para -6,2%, em termos anualizados, e a taxa homóloga de -0,2% para -0,8%.

**O mais recente relatório de conjuntura da Reserva Federal** (Livro Bege), referente aos meses de Janeiro e Fevereiro, **reportou uma deterioração das condições económicas na generalidade dos distritos federais, estendendo-se aos vários sectores de actividade.** Apesar de tudo, **a evolução do consumo privado revelou-se um pouco menos desfavorável** em alguns estados. **O enfraquecimento da procura e a correcção em baixa das cotações das matérias-primas continuou a traduzir-se no abrandamento dos preços dos bens finais, a par da redução ou eliminação das pressões salariais ascendentes,** com alguns relatórios estaduais a apontarem mesmo para reduções de salários e benefícios.

**Em Fevereiro, contudo, os dados do índice de preços ao consumidor revelaram uma subida ligeira dos valores de inflação homóloga** (para 0,2% no índice geral e 1,8% no índice subjacente, que exclui as rubricas da energia e alimentação, após 0% e 1,7% em Janeiro, respectivamente).

**No que se refere à evolução do consumo privado, os dados de Janeiro mostraram uma recuperação do crescimento em cadeia** (variação real de 0,5%, após -0,4% em Dezembro), **para o que contribuiu a aceleração do rendimento disponível** (subida mensal de 1,5%, em termos reais, após 0,4% em Dezembro), **a traduzir o aumento dos salários dos militares e empregados federais, bem como das transferências. Em termos homólogos, contudo, o consumo prosseguiu em abrandamento** (de 0,8% para 0,7%).

**Em termos de informação sectorial, a informação mais recente revelou uma quebra mais forte da actividade na indústria, nos serviços e na construção:**

- em Fevereiro, a descida homóloga da produção industrial agravou-se para 11,2% (10,1% em Janeiro);
- o índice compósito de actividade ISM para os serviços recuou 1,3 pontos para 41,6 pontos em Fevereiro, apontando para uma maior contracção dos negócios;
- a despesa de construção reforçou o ritmo de quebra homóloga em Janeiro (para 9,3%, em termos nominais, face a 5% em Dezembro), reflectindo uma descida ligeiramente mais forte no segmento residencial (27,9%), mas sobretudo o acentuado abrandamento no resto do mercado (para uma variação de apenas 1%).

**Em Fevereiro registou-se uma subida muito significativa da taxa de desemprego (0,5 p.p., para 8,1%), que se situou no nível mais elevado desde 1983, com o número de desempregados a ultrapassar os 12 milhões.**

**As perdas de emprego continuaram muito elevadas** (diminuição de 651 mil postos de trabalho face a Janeiro), **em particular no sector dos serviços.**

Em termos de indicadores avançados, **a informação mais recente do Instituto Conference Board continuou a apontar para um andamento negativo da actividade económica nos próximos meses, embora com a possibilidade de algum desagravamento.** O índice dos indicadores avançados aumentou pelo segundo mês consecutivo em Janeiro (ainda que com revisões em baixa nos valores de Novembro e

Dezembro), mas o Índice de confiança dos consumidores atingiu um novo mínimo histórico já em Fevereiro, condicionado a evolução do consumo privado.

### 3. Japão

#### 3.1. Envoltente Política, Social e Económica

Em Fevereiro, **o Banco do Japão manteve a sua taxa de juro de referência em 0,1%, mas anunciou a compra de um bilião de ienes em títulos de dívida das empresas e a aquisição de mais activos das instituições financeiras como forma de auxiliar a economia.** Segundo o Banco Central, **as condições económicas deterioraram-se de forma muito significativa e vão continuar a piorar.**

**Em Janeiro, as exportações japonesas recuaram ao ritmo mais elevado dos últimos 50 anos (cerca de 46%) em face da forte retracção da procura mundial nos produtos mais importantes, como automóveis, electrónica e maquinaria.**

**O ministro das Finanças, Soichi Nakagawa demitiu-se em meados de Fevereiro** após um comportamento pouco apropriado na reunião do G7. **O novo ministro das Finanças, Kaoru Yosano, revelou que o Governo está a preparar um conjunto de medidas para travar a desvalorização do mercado accionista.**

**A instabilidade política tem impedido uma resposta mais adequada do Governo à conjuntura recessiva, temendo-se que a economia nipónica possa entrar em depressão.** Em Setembro deverão realizar-se eleições legislativas, mas, até lá, qualquer iniciativa Governamental pode ser travada ou adiada pela maioria da oposição na câmara alta do Parlamento.

#### 3.2. Economia Real

**No relatório de conjuntura de Março, o Banco do Japão confirmou o comportamento negativo das principais rubricas de procura, não se perspectivando qualquer melhoria nos próximos meses.**

**No que se refere à evolução do índice de preços no consumidor, em Janeiro a variação homóloga reduziu-se de 0,4% para zero, e o índice subjacente (que exclui alimentação e energia) registou uma quebra de 0,2%,** após dois meses sem qualquer alteração.



**As despesas de consumo dos trabalhadores nipónicos recuaram de forma mais acentuada em Janeiro** (variação mensal de -2,2%, em termos reais, após -1,2% em Dezembro), para o que terá contribuído a quebra do rendimento disponível (1,4%).

**A taxa de desemprego reduziu-se para 4,1% em Janeiro, após um máximo de quase três anos em Dezembro (4,3%). Esta descida da taxa de desemprego deverá ser apenas temporária**, atendendo à forte deterioração da actividade económica.

**Quanto a indicadores avançados, os dados mais recentes revelaram-se um pouco menos negativos, sugerindo algum desagravamento da quebra de actividade nos próximos meses.** Em Janeiro, o índice mensal de condições de negócio aumentou pelo segundo mês seguido, mas situou-se ainda num nível muito baixo, indicativo de uma redução de actividade. O índice de confiança dos consumidores voltou a recuperar ligeiramente em Fevereiro, mantendo-se ainda próximo de um mínimo histórico.

## 4. Mercados e Organizações Internacionais

### 4.1. Mercado de Câmbios

#### CROSS RATES DAS PRINCIPAIS DIVISAS INTERNACIONAIS

(fecho das sessões de início e fim das semanas de Fevereiro)

	Dólares por Euro	Libras por Euro	Ienes por Euro	Libras por Dólar	Ienes por Dólar
Segunda, 2	1,276	0,903	114,040	0,708	89,373
Sexta, 6	1,280	0,871	116,700	0,680	91,200
Segunda, 9	1,301	0,871	119,210	0,670	91,644
Sexta, 13	1,282	0,884	117,590	0,690	91,702
Segunda, 16	1,277	0,895	117,330	0,701	91,915
Sexta, 20	1,259	0,881	118,620	0,700	94,210
Segunda, 23	1,280	0,878	121,090	0,686	94,616
Sexta, 27	1,264	0,893	123,230	0,706	97,461
<i>Variação (1)</i>	<i>-1,34%</i>	<i>-0,53%</i>	<i>7,18%</i>	<i>0,82%</i>	<i>8,63%</i>

(1) *Variação registada entre a última cotação do mês em análise e a última cotação do mês anterior*

*Nota: cálculo com base no 'fixing' do Banco Central Europeu*

No mercado de câmbios, **o mês de Fevereiro ficou assinalado pela forte depreciação do iene nos principais câmbios** (para um mínimo de três meses, no caso da cotação com o dólar), **reflectindo a acentuada deterioração da actividade económica no Japão e também a demissão do ministro das Finanças nipónico. O euro recuou face ao dólar**

**e à libra (para mínimos de três meses), pelo segundo mês consecutivo, devido à exposição do sector bancário da área euro à deterioração das economias do centro e leste da Europa** (que registaram quedas acentuadas de cotação nas respectivas moedas e bolsas), **para além da expectativa de novas reduções das taxas de referência do BCE.** Por seu turno, **a libra inglesa reagiu em alta à descida da taxa directora do Banco de Inglaterra para um mínimo histórico (1%) no início do mês, em antecipação de um impacto positivo sobre a actividade económica. A divisa inglesa registou uma apreciação face ao euro no conjunto de Fevereiro, mas apenas atenuou o ritmo de depreciação mensal no câmbio com o dólar.**

A variação das principais taxas de câmbio no conjunto do mês foi a seguinte: depreciação do iene face ao dólar e ao euro (8,63% e 7,18%, respectivamente), e do euro em relação ao dólar (1,34%) e à libra (0,53%); o dólar apreciou-se 082% na cotação com a libra.

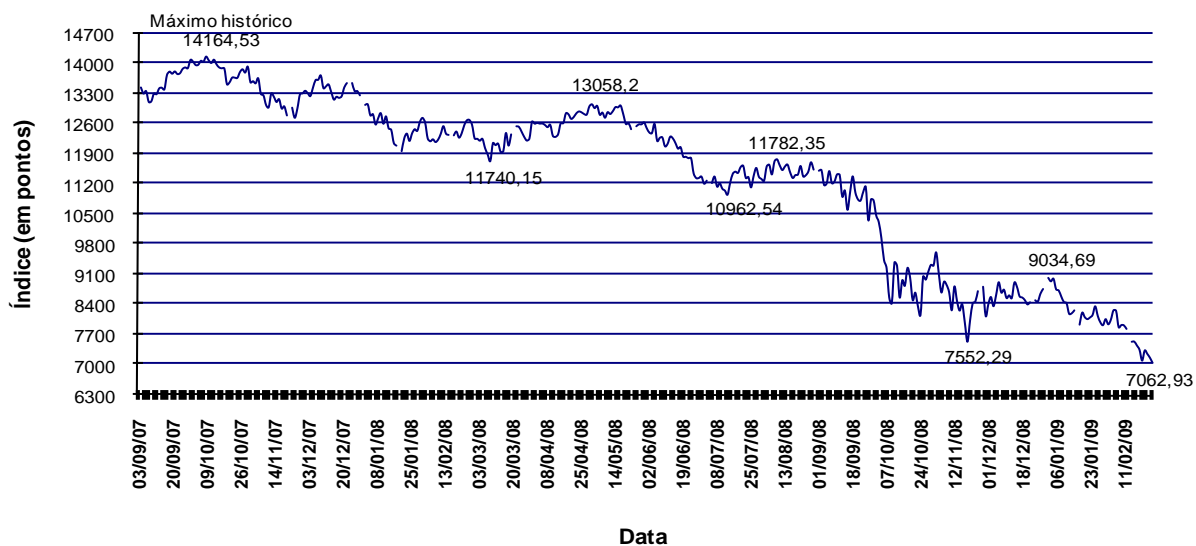
#### **4.2. Mercados Bolsistas Internacionais**

**Em Fevereiro, os principais índices internacionais voltaram a recuar de forma bastante acentuada. A evolução negativa traduziu os sinais de agravamento da recessão mundial e as preocupações com o sistema bancário** (com destaque para os receios de nacionalização da banca nos Estados Unidos e a exposição dos maiores bancos europeus às economias de centro e leste da Europa), **temendo-se também que o plano de estímulo económico aprovado pelo Senado norte-americano seja insuficiente para contrariar a conjuntura recessiva.**

**Nos Estados Unidos, o índice de referência Dow Jones Industriais (DJI) recuou 11,7% em Fevereiro, a reflectir em larga medida a forte descida nos títulos da banca, enquanto o índice tecnológico Nasdaq perdeu apenas 6,7%. Ambos os índices atingiram mínimos de 12 anos no decorrer do mês.**

**O aumento da aversão ao risco levou os investidores a refugiarem-nos nos títulos de dívida pública norte-americana, com a *yield* a 10 aos a recuar de 2,87% no final de Janeiro para 2,64% a meio de Fevereiro, mas o aumento de oferta decorrente das medidas expansionistas provocou uma inversão daquele movimento, acabando por se verificar uma subida da *yield* em comparação de final de mês (para 3,02% no dia 27 de Fevereiro).**

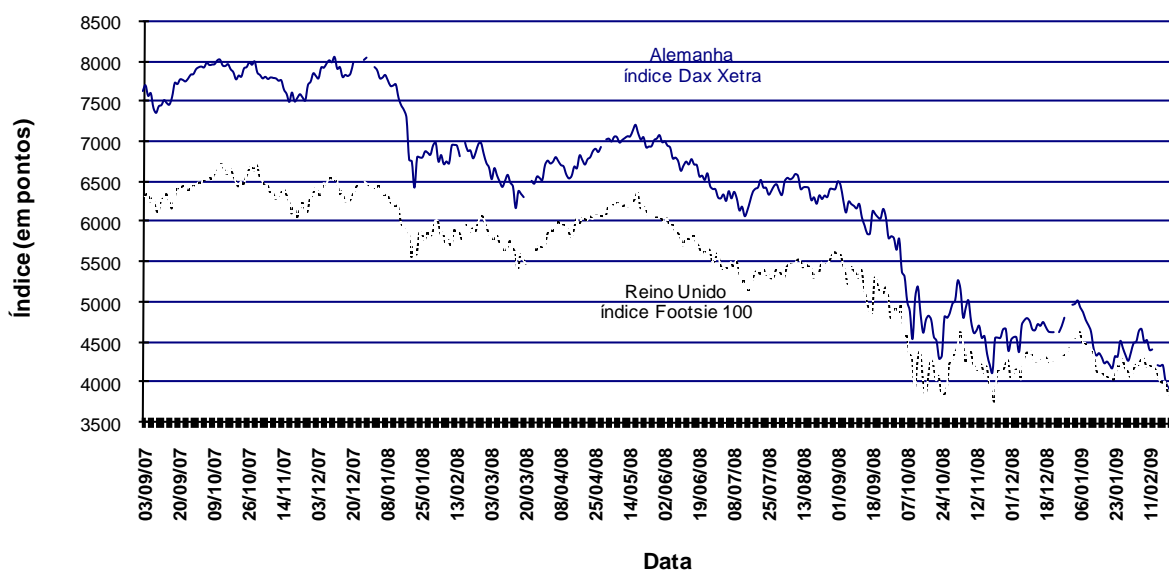
## Estados Unidos - índice Dow Jones Industriais



Nota: gráfico elaborado a partir das cotações do índice no fecho de cada sessão, e não de forma contínua

**Na Europa, os índices de referência das duas principais praças financeiras evidenciaram ritmos de perda também bastante acentuados.** O índice de referência alemão Dax Xetra desvalorizou-se 11,4%, num mês em que o PIB germânico registou uma quebra muito pronunciada, enquanto o congénere inglês Ftse-100 perdeu 7,7%, atingindo mínimos desde 2004 e 2003, respectivamente.

## Alemanha e Reino Unido



Nota: gráfico elaborado a partir das cotações do índice no fecho de cada sessão, e não de forma contínua

Por sua vez, o índice japonês Nikkei-225 esteve pressionado em baixa devido à forte contracção da actividade económica, mas a desvalorização foi atenuada pela expansão monetária levada a cabo pelo Banco do Japão e pela promessa de medidas para contrariar desvalorização da bolsa nipónica por parte do Governo. O índice acabou por registar uma perda de 5,3% no conjunto do mês, atingindo o nível mais baixo desde Outubro de 2008.

### 4.3. Mercados de Matérias-Primas

	2007	2008	3T 08	4T 08	Jan-09	Fev-09
<b>Brent (Mar do Norte)</b>	72,7	97,7	115,6	55,9	44,9	43,2
<b>Algodão</b>	63	71	76	57	58	55
<b>Alumínio (99,7% pureza)</b>	2640	2578	2785	1828	1420	1338
<b>Cobre</b>	7132	6963	7672	3910	3260	3328
<b>Chumbo</b>	2579	2093	1912	1249	1145	1100
<b>Níquel</b>	37136	21141	19000	10923	11563	10411
<b>Estanho</b>	14495	18467	20399	13130	11563	11075
<b>Zinco</b>	3250	1885	1779	1195	1203	1118
<b>Minério de Ferro (Fe) <sup>(1)</sup></b>	85	141	141	141	141	141

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Cotações Spot; média das cotações diárias, excepto no caso do algodão (média das cotações semanais).

Unidades: *brent*: dólares por barril; algodão: cêntimos de dólar (cts USD) por libra de peso (1 libra de peso equivale a 453,6 gramas); alumínio (grau de pureza mínimo de 99,5%), cobre, chumbo, níquel, estanho, zinco: dólares por tonelada; minério de ferro: cts USD por 1% Fe DMTU (Dry Metric Ton Unit), tendo o minério Carajas Fines (Brasil) um conteúdo de 67,55% Fe DMTU – por exemplo, uma cotação de 77 cts USD / DMTU (Carajas) equivale a 52,01 USD / tonelada.

<sup>(1)</sup> os preços do Minério de ferro são estabelecidos em cada ano pelas três principais empresas a nível mundial (CVRD, Rio Tinto e BHP Militon), constituindo a referência para os restantes produtores; deste modo, as cotações apenas variam anualmente.

**As cotações das matérias-primas retomaram uma trajectória de descida em Fevereiro** (após uma ligeira correcção em alta no primeiro mês do ano), **reflectindo os sinais de agravamento da conjuntura recessiva a nível mundial, embora no início do mês se tenha assistido a alguma valorização na sequência dos planos de estímulo económico dos Estados Unidos e da China.**

**A perspectiva de diminuição da procura de crude em 2009**, confirmada pela Agência Internacional de Energia, **conduziu a uma descida mensal de 3,8% no preço médio do *brent*** (para 43,2 dólares por barril, aproximando-se do mínimo de quatro anos atingido em Dezembro), **que foi atenuada pela especulação de um novo corte de produção da OPEP no final do mês.**

**Os receios de redução da procura de têxteis levaram a uma descida mensal de 5,2% na cotação média do algodão** (para 55 cêntimos de dólar por libra de peso, o valor mais baixo desde Maio de 2006).

**Nos metais, apenas a cotação média do cobre registou um acréscimo em Fevereiro (2,1%), em resultado da forte valorização no início do mês com o anúncio do plano de estímulo chinês.** A cotação diária do metal recuou depois com os sinais de agravamento da recessão mundial, mas a média mensal acabou por subir face a Janeiro. **A maior descida mensal ocorreu no preço do níquel (10%),** seguida pelo zinco (7,1%), o alumínio (5,8%), o estanho (4,2%) e o chumbo (3,9%).

#### **4.4. Comércio Internacional / Organização Mundial do Comércio (OMC)**

Em Fevereiro, o **Director-geral da OMC** apresentou um relatório sobre os recentes desenvolvimentos em matéria de comércio internacional em que **avisou que “as frágeis perspectivas económicas de todos os membros da OMC se tornaram especialmente vulneráveis à introdução de novas medidas que limitem o acesso aos mercados ou distorçam a concorrência”** o que é particularmente verdade no caso dos países em desenvolvimento.

Na linha de intervenções anteriores, reafirmou que a Agenda para o Desenvolvimento de Doha é o mais importante contributo para a recuperação, sendo também a melhor forma de precaver uma expansão do proteccionismo e de proteger os interesses comerciais individuais dos países.

Segundo a revista Time, o Presidente do Brasil, Lula da Silva, pretende convencer o Presidente Obama, num encontro próximo entre os dois, no sentido dos EUA regressarem às negociações de Doha, especialmente no que diz respeito aos bens agrícolas, como forma de auxiliar os países emergentes a ultrapassar mais rapidamente a crise.

O Director da OCDE para o Comércio e a Agricultura, Ken Ash, afirmou, numa conferência sobre globalização e economias emergentes, que a crise é uma oportunidade para fazer reviver as reformas no comércio mundial no sentido da resistência ao proteccionismo e uma nova vaga de reformas nos países emergentes no sentido da liberalização.

#### 4.5. Organizações Económicas Internacionais

**As últimas previsões avançadas pelo FMI apontam para um crescimento negativo da zona do euro (em -3,2% em 2009) e uma estagnação em 2010.** Informação individualizada por países estará disponível apenas no fim de Abril.

	2008	2009p	2010p
Produção Mundial	3,2	-1,0 a -0,5	1,5 a 2,5
Economias avançadas	0,8	-3,5 a -3,0	0,0 a 0,5
EUA	1,1	-2,6	0,2
<b>Zona Euro</b>	<b>0,9</b>	<b>-3,2</b>	<b>0,1</b>
Japão	-0,7	-5,8	-0,2
Economias emergentes	6,1	1,5 a 2,5	3,5 a 4,5

Fonte: FMI, Março de 2009; p – projecção.

Relativamente à zona do euro, estas projecções do FMI são muito próximas das divulgadas recentemente pelo “staff” do BCE, situando no extremo inferior do intervalo na previsão para 2009 e a meio do intervalo na previsão para 2010.

As previsões do FMI foram revistas em baixa para todos os blocos económicos, sofrendo o Japão a revisão mais forte (-3,2 p.p.). **Pela primeira vez, o FMI prevê para 2009 uma redução do PIB mundial, quantificada entre -1% e -0,5%.**

O Secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, afirmou que a cooperação em termos de impostos é uma das formas seguras de renovar a confiança financeira, especialmente em termos de troca de informações sobre impostos. Gurría afirmou que depois da última cimeira dos G-20 tinham sido assinados mais de 20 acordos de troca de informação sobre impostos, o que é um passo decisivo para que os impostos se tornem transparentes perante os contribuintes e, portanto, para a melhoria da confiança dos mesmos.

## ECONOMIA NACIONAL

### 1. Envolvente Política, Social e Económica

#### Contas Públicas

**Em Fevereiro, o Primeiro-ministro anunciou que o Estado já pagou 1400 m.e. de dívidas em atraso a fornecedores, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), estando em preparação o pagamento de mais 485 m.e. por parte das autarquias.**

De acordo com o Gabinete do Ministro do Estado e das Finanças, os pagamentos foram distribuídos da seguinte forma: Municípios 77,8 milhões de euros; Regiões Autónomas 256,7 milhões de euros; Unidades de Saúde 940 milhões de euros; Administração Central 126,3 milhões de euros.

**O Tribunal de Contas criou um mecanismo de análise e fiscalização das medidas de combate à crise económica tomadas pelo Governo,** com especial destaque para as diversas intervenções que têm sido feitas no sistema financeiro. Esta medida surge na sequência da decisão tomada pelos tribunais de contas europeus de criar mecanismos de coordenação entre si para o acompanhamento e fiscalização das medidas de combate à crise assumidas pelos diversos Governos que envolvam o dinheiro dos contribuintes.

**O ministro das Finanças anunciou a antecipação do prazo de reembolso de IRS,** como medida de apoio às famílias.

#### Estimativa de Execução Orçamental do Estado

	Jan-Fev 2008	Jan-Fev 2009	variação homóloga
Receita corrente	6507,2	5973,2	-8,2%
Despesa corrente	6284,4	6537,1	4,0%
Saldo corrente	222,8	-563,9	-353,1%
Receita de capital	104,1	51,1	-50,9%
Despesa de capital	399,9	394,1	-1,5%
Saldo de capital	-295,8	-343,0	16,0%
<b>Saldo de execução orçamental</b>	<b>-73,0</b>	<b>-907,0</b>	<b>1142,5%</b>
Saldo primário	263,6	-643,4	-344,1%

valores em milhões de euros (m.e.); óptica da Contabilidade Pública; s.s. – sem significado

Nota: os valores de despesa excluem gastos de anos anteriores, activos financeiros, passivos financeiros e a transferência para o Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Fonte: Direcção-geral do Orçamento (DGO) – Boletim de Execução Orçamental

Os dados mais recentes da execução orçamental do **subsector Estado, referentes aos dois primeiros meses do ano, mostraram um défice acumulado de 907 m.e., cerca de doze vezes mais do que no período homólogo de 2008. A deterioração do saldo orçamental resultou de um aumento de 3,7% na despesa** (com variações de 4% na despesa corrente e -1,4% na componente de capital) **e um recuo de 8,9% na receita, a reflectir a conjuntura recessiva.**

Note-se, **contudo**, que **os valores de despesa e receita de apenas dois meses do ano não são suficientemente representativos para se poder estabelecer uma tendência quanto à execução orçamental em 2009**, sendo facilmente influenciados por factores pontuais.

Refira-se unicamente, no que diz respeito à evolução da receita, o comportamento de alguns dos impostos mais representativos, visivelmente afectados pela conjuntura desfavorável. **Nos impostos directos, a cobrança de IRC recuou perto de 58% em termos homólogos**, enquanto o IRS aumentou de forma pouco significativa (0,3%). Ao nível dos impostos indirectos, **a receita de IVA verificou uma descida homóloga de 10,2% (para o que contribuiu o efeito da redução da taxa normal de IVA de em Março de 2008)**, sendo ainda de salientar os recuos de 15,7% no ISP, de 2,3% no Imposto de Selo, de 16,5% no ISV e de 21,5% no Imposto sobre o Tabaco.

### ***Sistema Fiscal***

**O Conselho de Ministros aprovou um diploma que elimina a obrigatoriedade de transmitir as informações relativas à estrutura societária, à localização da sede e aos nomes dos gerentes e administradores, aos serviços de finanças e aos serviços da segurança social.** Estas comunicações passarão a ser feitas apenas aos serviços de registo. Desta forma são eliminadas cerca de 200 000 mil deslocações a que corresponde uma poupança de 3 milhões de euros por parte de cidadãos e empresas.

**A Direcção-Geral dos Impostos está a preparar um novo sistema informático que detecta**, de forma electrónica e automática, as **situações em que os proprietários de imóveis com dívidas fiscais tentam efectuar a respectiva alienação**, impedindo desta forma a cobrança das suas dívidas ao Estado.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Governo, por ano, mais de 73 mil devedores tentam impedir a cobrança de dívidas fiscais, dissipando o seu património.



**Entrou em funcionamento o Sistema de Gestão de Reversões (SIGER)**, programa informático **que permite** que os serviços de finanças avancem de imediato para a reversão do processo de execução fiscal e assim **penhorem mais depressa os bens dos gestores de empresas com dívidas fiscais.**

**De acordo com o Relatório do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, por ano, mais de 10 mil processos dão entrada nos tribunais tributários.** No final de 2007, havia mais de 38 mil processos fiscais pendentes. Em média cada um dos juízes destes tribunais tem mais de 1300 processos para resolver. O relatório refere que **estes processos pendentes representam um valor superior a 13 mil milhões de euros.**

### ***Política Industrial e Comercial e Investimentos Públicos***

**Foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei nº 65/2009, do Ministério da Economia e da Inovação, que introduz alterações ao enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento empresarial,** previstos no QREN.

As mudanças introduzidas vão no sentido da implementação de condições e regras de flexibilidade, justificadas, pelo Governo, com a necessidade de ajustar os sistemas de incentivos à actual conjuntura económica.

**Entre as alterações, destaca-se,** no âmbito dos projectos de investimento de inovação produtiva, **o alargamento às tipologias de projectos de "criação de unidades ou de linhas de produção com impacte relevante ao nível do produto, das exportações ou do emprego" e de "introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou da eficiência energética e ambiental".** Por outro lado, **foram aumentados, em alguns casos, os limites máximos das taxas de incentivos às empresas,** prevendo-se, ainda, alterações nos regulamentos específicos, designadamente ao nível das condições de avaliação do equilíbrio financeiro exigido aos promotores e do pagamento por adiantamento dos incentivos aprovados.

**O Ministro da Economia anunciou um Programa de apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME) no total de 400 milhões de euros,** designado **PME Consolida.** **O Programa,** que tem por objectivo promover a capitalização e facilitar a reestruturação das pequenas e médias empresas portuguesas, **prevê três instrumentos:**

- a) **Fundo de Fusões e Aquisições, no valor de 175 milhões de euros**, tendo em vista incentivar o redimensionamento de PME, através de mecanismos de fusão e aquisição, em Portugal e no estrangeiro (aquisição de empresas estrangeiras por PME Portuguesas);
- b) **Fundo de Investimento Imobiliário, no montante de 100 milhões de euros**, para promover o acesso à liquidez por parte de PME economicamente viáveis, mas que estejam com problemas de natureza financeira, alienando parte dos seus activos imobiliários ao novo Fundo, ficando como arrendatários e recebendo liquidez para a sua exploração e desenvolvimento de actividade;
- c) **Reforço do Capital de Risco, no valor de 125 milhões de euros**, com o objectivo de capitalizar as PME nacionais exportadoras e de base tecnológica, bem como as empresas do sector do turismo que necessitam de reforço de capitais próprios para expansão da actividade e modernização ou lançamento de novas unidades.

**O ministro da Economia, Manuel Pinho, anunciou uma terceira linha de apoio para seguros de crédito**, no montante de mil milhões de euros, para as empresas exportadoras que ficaram com os *plafonds* de cobertura reduzidos a zero. Nesta nova linha, o Estado assume 60% do risco e os empresários 40%. Esta nova linha, designada PME Segura, junta-se a duas outras linhas de apoio na área de seguros de crédito, anteriormente instituídas, também dotadas com mil milhões de euros cada – uma para exportações na área da OCDE e outra para fora daquela zona.

**O Governo criou uma linha de crédito com juros bonificados, no valor de 175 milhões de euros**, dirigida às empresas dos sectores da agricultura, da pecuária e da floresta, bem como às empresas de transformação e comercialização de produtos destes sectores, tendo em vista financiar operações de investimento e reforçar o fundo de manei necessário ao desenvolvimento da actividade.

**Foi aprovado**, no âmbito do Programa Simplex, **o novo regime jurídico de instalação e exploração das áreas de localização empresarial (ALE)**, o qual prevê a simplificação de procedimentos e a eliminação de constrangimentos de ordem legal na instalação e exploração de ALE.

**Entre as alterações a introduzir destacam-se as que incidem sobre o próprio conceito de ALE**, que deixa de estar centrado na vocação industrial deste tipo de espaços, para passar a abranger quaisquer áreas passíveis de acolher actividade empresarial. **Por outro lado, prevêem-se alterações respeitantes aos requisitos de constituição da sociedade gestora**, deixando de se exigir que a sociedade se encontre já constituída à data

do pedido de instalação, passando esta a poder constituir-se até sessenta dias após a emissão da licença de instalação.

Refira-se ainda que, em matéria de simplificação do licenciamento dos estabelecimentos a localizar em ALE, **prevê-se a possibilidade de a avaliação de impacte ambiental dos estabelecimentos industriais e de comércio** que venham a localizar-se na ALE **ser efectuada aquando da avaliação de impacte ambiental da ALE** (que passa a estar submetida ao regime jurídico geral de avaliação de impacte ambiental).

O Conselho de Ministros de 26 de Fevereiro aprovou um **diploma que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de Abril, através da redefinição das unidades territoriais de nível 3 (NUTS III) do Alto Alentejo e Alentejo Central**, para efeitos de organização territorial das associações de municípios e para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.

Deste modo, **o município de Sousel passou a integrar a Unidade Territorial do Alto Alentejo** (em vez do Alentejo Central) e **o Município de Mora passou a integrar a Unidade Territorial do Alentejo Central** (em vez do Alto Alentejo).

**O Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário foi acelerado e alargado** em relação ao inicialmente estabelecido, prevendo agora um investimento de aproximadamente 2,45 mil milhões de euros até 2011.

Paralelamente, o Primeiro-ministro afirmou que estão aprovados 693 projectos de centros escolares para o pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico, os quais correspondem a um investimento de 1,1 milhões de euros.

### ***Política Social e Laboral***

#### **Entrou em vigor a lei que procedeu à revisão do Código do Trabalho.**

Com esta reforma da legislação laboral, o Governo pretende combater o recurso abusivo ao emprego precário, aumentar a adaptabilidade das empresas, promover o desenvolvimento da contratação colectiva, e racionalizar os procedimentos e a segurança das partes no âmbito dos processos de despedimento.

Das diversas alterações efectuadas, destaca-se a possibilidade de criação do regime de banco de horas (horários que concentram a duração do trabalho durante alguns dias da semana), o aumento das licenças remuneradas de parentalidade e a criação de medidas específicas para

alguns sectores de actividade, como o contrato de trabalho sazonal de muito curta duração na agricultura, o regime especial de férias no turismo ou o contrato de trabalho intermitente.

No que se refere à contratação colectiva, altera-se o regime de sobrevivência e caducidade das convenções colectivas de trabalho, explicita-se a articulação entre estas e a lei e alarga-se o elenco das matérias reguláveis por contratação colectiva.

Em matéria de cessação do contrato de trabalho, respeita-se o princípio constitucional da proibição de despedimento sem justa causa e encurta-se o procedimento disciplinar.

Visando combater a precariedade, altera-se a presunção de contrato de trabalho e cria-se uma nova contra-ordenação muito grave para a dissimulação de contrato de trabalho. Paralelamente, reduz-se a duração dos contratos a termo certo para 3 anos, e estabelece-se que a duração dos contratos de trabalho a termo incerto não pode ser superior a seis anos.

No âmbito da implementação da **Iniciativa Emprego 2009**, o Primeiro-Ministro referiu que a **redução de 3% da taxa social única já beneficiou 35 mil micro e pequenas empresas**, abrangendo 91 mil trabalhadores.

José Sócrates referiu também que 11 mil desempregados celebraram contratos de emprego, e 1800 trabalhadores realizam formação em consequência da redução da actividade da empresa, sendo de cerca de três mil o número de jovens a beneficiar de estágios profissionais.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, **Vieira da Silva, admitiu a possibilidade de reforçar as medidas de apoio ao emprego** para responder à crise económica.

No âmbito da Reunião Regional Europeia da Organização Internacional do Trabalho, o **ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, aconselhou as entidades patronais e sindicais a negociarem salários adequados a cada sector de actividade**, de modo a salvaguardar o emprego.

No âmbito da Comissão Parlamentar do Trabalho, Vieira da Silva afirmou ainda que, **nos dois primeiros meses do ano, foram requeridos 74 processos de lay-off na Segurança Social, envolvendo 4.258 trabalhadores**. Em todo o ano de 2008 foram requeridos 68 processos de *lay-off* envolvendo um total de 2.043 trabalhadores.

Dados da Direcção-Geral do Orçamento revelam que **em Janeiro, os gastos com o subsídio de desemprego se agravaram em 8,6 por cento, totalizando 142 milhões de euros**. Esta despesa representa 9,2 por cento da despesa efectiva da Segurança Social.

**O Conselho de Ministros aprovou o regime de protecção social da parentalidade**, alargando a licença por nascimento de filho para 20 dias úteis integralmente subsidiados pela segurança social. A licença parental é também alargada para seis meses subsidiados a 83% ou cinco meses a 100% na situação de partilha da licença entre mãe e pai. Adicionalmente, a licença parental inicial pode ser alargada por mais seis meses subsidiados no valor de 25% da remuneração de referência.

**O Governo anunciou que, nos últimos dez anos, o ensino profissional mais do que triplicou, sendo 91 mil o número de alunos nesta via de ensino.** O Objectivo é que, até 2010, metade dos jovens no secundário optem pelas vias profissionais.

Dados da Associação Nacional do Ensino Profissional revelam que ao fim do primeiro semestre, 75% dos alunos que terminam o curso têm emprego, subindo esta taxa para os 90% ao fim do primeiro ano.

Em 2008, a **Autoridade para as Condições de Trabalho efectuou cerca de 25 mil visitas a empresas de construção civil das quais resultou o conhecimento de uma dívida no valor de 656 mil euros** correspondente a salários e atraso, salários pagos abaixo da tabela e trabalho extraordinário ou suplementar que os trabalhadores nunca receberam.

### ***Sistema Monetário e Financeiro***

Em Fevereiro, **o Presidente do Instituto de Seguros de Portugal (ISP)**, Fernando Nogueira, **considerou que o mercado segurador nacional está “globalmente saudável” e que as empresas do sector têm capacidade para cumprir os compromissos** assumidos com os seus clientes. No entanto, **o Presidente do ISP admitiu que a crise financeira internacional teve um impacto significativo no desempenho do mercado segurador e de fundos de pensões em 2008, e que o sector irá enfrentar ainda maiores contrariedades este ano**, devido ao alastramento dos efeitos da crise financeira à economia.

No mesmo mês, **o ministro das Finanças**, Teixeira dos Santos, **considerou que o sistema financeiro português não revela uma exposição directa significativa aos activos “tóxicos”, o que deverá dispensar Portugal de definir estratégias de limpeza do balanço das instituições financeiras que outros países da União Europeia e a administração norte-americana estão a ponderar.** No caso português, Teixeira dos

Santos sustenta que **a restrição do crédito à economia não tem a ver com a “toxicidade” dos activos mas com uma maior aversão ao risco dos bancos** numa conjuntura particularmente difícil.

**Teixeira dos Santos reafirmou também que o Governo poderá intervir na fixação dos ordenados dos gestores dos bancos que recorrerem às garantias do Estado** e entrem em incumprimento, conforme está previsto na lei que enquadra esses apoios públicos.

**A agência internacional de rating Standard & Poor’s reviu em baixa as perspectivas do BES e do BPI em Fevereiro, à semelhança do que aconteceu com o BCP em Outubro e a CGD em Janeiro, apontando a possibilidade de vir a reduzir as respectivas notações de crédito,** o que, a suceder, acarretará maiores custos de financiamento para os bancos.

## 2. Economia Monetária e Financeira

### 2.1. Taxas de Juro

TAXAS	Euribor		Obrigações do Tesouro	
	6 meses	12 meses	5 anos	10 anos
07: IV	4,707	4,745	4,23	4,53
08: I	4,725	4,725	4,01	4,42
08: II	5,130	5,390	4,92	5,08
08: III	5,377	5,495	4,30	4,72
08: IV	2,971	3,049	3,54	3,96
Dezembro 08	2,971	3,049	3,54	3,96
Janeiro 09	2,176	2,273	3,77	4,59
Fevereiro 09	1,933	2,033	3,79	4,86
6 Fevereiro 09	2,108	2,209	3,43	4,46
13 Fevereiro 09	2,025	2,133	3,45	4,48
20 Fevereiro 09	1,976	2,074	3,45	4,46
27 Fevereiro 09	1,933	2,033	3,79	4,86

Fonte: Banco de Portugal e Reuters; valores em percentagem; taxas anualizadas a 360 dias.

Nota: Valores de final de semana/mês/trimestre; os valores para as Obrigações do Tesouro referem-se às *yields* do mercado secundário.

**As taxas de juro do mercado monetário europeu mantiveram a trajectória de descida em Fevereiro, pelo quinto mês consecutivo, atingindo mínimos históricos na maioria das maturidades.** Apesar do BCE ter deixado inalteradas as suas taxas directoras no início do mês, foi indicando que iria decidir um novo corte em Março, o que suportou o recuo das taxas de juro ao longo do mês. **A descida das taxas Euribor rondou os 20 pontos base em comparação de final de mês na generalidade das maturidades,** pelo

que a inclinação da curva de rendimentos quase não se alterou. **No final de Fevereiro, a taxa Euribor a um mês estava já próxima de 1,5%**, antecipando o corte das taxas directoras do BCE que se concretizou no início de Março. **A taxa Euribor a 6 meses recuou abaixo dos 2%, que constitui também um mínimo histórico.**

**No mercado secundário de dívida pública, pelo contrário, as taxas de juro implícitas registaram uma subida no cômputo de Fevereiro, dada a perspectiva de aumento de oferta de títulos** em face das medidas governamentais de apoio económico e social, que se sobrepôs à pressão de compra motivada pelo aumento da aversão ao risco. A *yield* a 10 anos passou de 4,59% no final de Janeiro, para 4,86% em 27 de Fevereiro, tendo-se verificado uma subida quase insignificante na maturidade dos 5 anos (de 3,77% para 3,79%), o que se traduziu num alargamento da inclinação da curva de rendimentos.

## 2.2. Mercado de Valores Mobiliários

### ÍNDICE PSI-20 DO MERCADO CONTÍNUO DE ÂMBITO NACIONAL

(valores de fecho das sessões de início e fim das semanas de Fevereiro)

Seg, 2	Sexta, 6	Seg, 9	Sexta, 13	Seg, 16	Sexta, 20	Seg, 23	Sexta, 27
6.337,79	6.458,74	6.475,07	6.454,14	6.374,65	6.021,44	6.012,45	6.003,75

*Índice composto pelo cabaz das 20 acções mais importantes do mercado, sujeito a uma revisão semestral; 31-12-92=3000.*

**O índice accionista nacional de referência retomou o movimento descendente em Fevereiro, acompanhando a tendência negativa no exterior.** Depois da subida de 1,5% no primeiro mês do ano, **o PSI-20 perdeu 6,8% em Fevereiro, recuando para os níveis de Outubro de 2008, já perto de um mínimo de cinco anos.**

**O valor negociado recuperou ligeiramente face a Janeiro (1,8%), mas continuou a exibir uma forte descida em termos homólogos (60,3%).** No conjunto dos dois primeiros meses do ano, o valor transaccionado recuou 70% em comparação homóloga.

**Entre os títulos do PSI-20, apenas a REN, a Galp e a PT se valorizaram no conjunto de Fevereiro** (5%, 4,9% e 2,4%, respectivamente), em face da divulgação de resultados dentro ou acima do esperado, tendo a Galp beneficiado ainda da descoberta de petróleo em mais um poço explorado em consórcio no Brasil.

**A perda mensal mais elevada pertenceu à Teixeira Duarte (23,5%),** em situação financeira difícil, **para o que contribuiu a desvalorização da participação no BCP, que recuou 20% no conjunto do mês, a reflectir, para além da conjuntura desfavorável no sector bancário, a forte exposição ao mercado da Polónia,** país numa situação

económica difícil, com a moeda em forte depreciação. Destaca-se ainda a perda mensal de 18,9% na Jerónimo Martins, que também foi penalizada pela presença no mercado polaco.

### 3. Economia Real

#### 3.1. Actividade Económica Global

O INE divulgou as Contas Nacionais Preliminares para o quarto trimestre e para o ano de 2008. **Os números divulgados confirmam a previsão de crescimento nulo do PIB no ano de 2008 mas atenuam a variação trimestral de -2,1%** (constante da informação rápida divulgada em Fevereiro) **para -1,8%**. Em 2007 o PIB tinha crescido 1,9%.

#### Contas nacionais trimestrais (óptica da despesa)

	07:I	07:II	07:III	07:IV	08:I	08:II	08:III	08:IV	2007	2008
<b>Consumo Privado</b>	1,2	1,5	1,4	1,8	2,1	1,0	2,4	1,1	1,9	1,5
<b>Consumo Público</b>	-0,9	0,0	0,8	1,4	0,6	0,4	0,4	0,5	0,0	0,5
<b>FBCF Total</b>	-1,7	0,8	5,4	8,6	4,7	4,2	-0,2	-8,7	3,2	-0,1
<b>Exportações</b>	10,1	8,2	6,0	4,4	4,1	2,2	0,8	-8,9	7,5	-0,5
<b>Importações</b>	3,7	4,8	6,2	6,8	7,2	4,2	3,2	-5,9	5,6	2,1
<b>PIB pm</b>	2,0	1,9	1,7	2,0	0,8	0,6	0,4	-1,8	1,9	0,0

Fonte: INE; Taxas de variação percentual face ao período homólogo do ano anterior; preços constantes de 2000; valores corrigidos de sazonalidade

Nota: FBC = Formação Bruta de Capital (inclui Variação de Existências)

**No quarto trimestre, a diminuição do PIB esteve principalmente associada à quebra da procura interna, especialmente devida ao comportamento do investimento (-8,7%).** Entretanto, apesar de negativa, a contribuição da procura externa líquida foi menos penalizante neste quarto trimestre, devido à queda de 5,9% verificada nas importações, apesar do forte recuo das exportações (-8,9%).

**Para a deterioração da evolução do PIB no ano de 2008 contribuiu principalmente a procura externa líquida,** com as exportações a decrescerem em termos homólogos, ainda que as importações tenham desacelerado. No que se refere à procura interna, a principal determinante do seu comportamento foi a variação negativa verificada no investimento (-0,1% depois de um crescimento de 3,2% em 2007).

Na óptica da oferta, destaca-se o contributo negativo do VAB da indústria, que caiu 2,4%, e da construção (-5,1%) enquanto as actividades financeiras e imobiliárias viram o seu VAB crescer em 2,6% (3,0% em 2007). O VAB da agricultura cresceu 4,3% tendo todos os restantes sectores tido crescimentos inferiores a 1,0%.

O emprego (dados corrigidos da sazonalidade) cresceu 0,4% em 2008 (contra uma variação nula em 2007). **A conjugação desta evolução do emprego com a evolução do PIB**



**traduz uma diminuição da produtividade do trabalho quando medida por pessoa empregada.**

**O indicador de clima económico do INE** – síntese da informação de carácter qualitativo relacionada com as principais actividades económicas – **continuou em Fevereiro a tendência descendente verificada nos meses anteriores**, com o valor de -2,9% (contra os -2,5% verificados em Janeiro). Este volta a ser novo mínimo histórico deste indicador. Todos os índices de confiança em que se apoia este indicador tiveram, neste mês de Fevereiro, comportamento negativo.

**O indicador de confiança da indústria transformadora agravou-se de novamente em Fevereiro**, atingindo um novo mínimo desde Janeiro de 1989, principalmente devido ao saldo das opiniões acerca dos “stocks” de produtos acabados e das apreciações sobre a procura global. Verificou-se uma ligeira melhoria no saldo de respostas relativas às perspectivas de produção para os próximos três meses.

**O indicador de confiança do comércio voltou a diminuir**, mantendo a tendência descendente iniciada em Abril e atingindo um novo mínimo relativamente a Janeiro de 1989. Este resultado é novamente decorrente da queda das opiniões sobre as perspectivas da actividade e da actividade corrente. O indicador relativo ao comércio a retalho voltou a apresentar um comportamento ligeiramente menos negativo que o indicador conjunto do comércio.

**O comportamento do indicador de confiança da construção e obras públicas** (principalmente devido ao agravamento do saldo de opiniões sobre o emprego) **e o indicador de confiança dos serviços reforçaram a sua tendência descendente** (este último devido sobretudo aos altos saldos negativos nas respostas sobre a evolução de carteira de encomendas e da procura nos próximos três meses).

**O indicador de confiança dos consumidores continuou a experimentar um agravamento em Fevereiro**, superior ao ocorrido em Janeiro, **com um novo mínimo histórico**, especialmente devido às perspectivas acerca do desemprego e da evolução económica do país em geral. As expectativas de situação económica das famílias agravaram-se ligeiramente.

## 3.2. Procura Interna

**Apesar da deterioração do indicador de confiança dos consumidores, o indicador coincidente do BdP e o volume de negócios do comércio a retalho dão alguns sinais de recuperação no consumo.**

Em linha com o contexto internacional envolvente, **os indicadores de investimento nacionais reflectem uma forte deterioração da conjuntura.**

### 3.2.1. Consumo

	Fonte	08:II	08:III	08:IV	Out 08	Nov 08	Dez 08	Jan 09	Fev 09
Indic. Confiança dos Consumidores <sup>(1)</sup>	INE	-44,85	-43,0	-48	-42	-48	-49	-50	-53,9
Venda de automóveis não comerciais	BdP	3,18	0,9	9,1	-6,4	-3,3	37,9	-43,1	-42,6
Importações de bens de consumo <sup>(2)</sup>	INE	1,62	3,7	2,2	-2,3	-43	8,5		
Procura interna de bens de consumo <sup>(1)</sup>	INE	-30,33	-28,0	-40,0	-35,0	-39,0	-40,0	-50,0	-52,0
Volume de negócios do comércio a retalho <sup>(3)</sup>	INE	-0,10	-1,0	-4,7	-0,0	-0,1	-6,3	0,1	
Crédito ao consumo <sup>(4)</sup>	BdP	12,33			7,9	7,0	6,1		

Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior, em percentagem (salvo indicação em contrário);

(1) Inquéritos de Conjuntura aos Consumidores e à Indústria Transformadora; saldo de respostas extremas (média móvel de 3 meses);

(2) Taxa de variação em termos nominais (Média Móvel de 3 meses).

(3) Taxa de variação em termos reais; índices corrigidos dos dias úteis;

(4) Valores corrigidos de reclassificações e de operações de titularização de crédito

**O Indicador coincidente do Consumo Privado do BdP continuou, em Dezembro e Janeiro, o movimento recuperação iniciado em Setembro com t.v.h. de 2,0 e 2,2% respectivamente.**

**No que toca a despesa das famílias em bens de consumo, os dados para o comércio a retalho demonstram uma ligeira recuperação em Janeiro.** Neste mês, o volume de negócios do comércio a retalho aumentou 0,1% em termos homólogos. A despesa em bens alimentares inverteu a evolução negativa verificada em Dezembro, passando de uma tvh de -1,4% (valor corrigido pelo INE) nesse mês para 3,3% em Janeiro. A despesa em bens não alimentares atenuou a queda homóloga de 7,3% (em Dezembro) para 2,3% (em Janeiro).

A fortíssima subida ocorrida em Dezembro na venda de veículos não comerciais continuou a sua inflexão Fevereiro, em valor ainda superior e de sentido contrário, embora ligeiramente inferior ao de Janeiro. Conforma-se, assim, a opinião de que a subida verificada em Dezembro se deveu à antecipação de aquisições, dado o agravamento fiscal em 2009.

### 3.2.2. Investimento

	Fonte	08:II	08:III	08:IV	Out 08	Nov 08	Dez 08	Jan 09	Fev 09
Indicador de FBCF	INE	-1,4	-4,0	-6,7	-4,7	-7,0	-8,5	-13,8	
Vendas de veículos comerciais	BdP	-32,25	6,4	-10,4	-9,1	-17,7	-4,4	-45,7	-38,2
Importações bens de investimento <sup>(1)</sup>	INE	1,77	8,3	-2,7	2,8	-4,5	-6,5		
Índice produção bens de investimento	INE	-2,85		-0,8	-5,7	6,5	-3,2	-22,6	
Vendas de cimento	BdP	0,83	-3,4	-14,7	-9,7	--20,4	-14,0	-25,0	-23,4
Índice de Produção na Construção	BdP	-3,96	-1,7	-1,7	--0,2	-1,0	-3,8	-6,9	
Crédito para compra de habitação <sup>(2)</sup>	INE	7,30		4,7	5,2	4,8	4,3	3,8	
Crédito às sociedades não financeiras <sup>(2)</sup>	BdP	12,47		11,7	12,2	11,7	11,2	10,1	
Valor de obras públicas adjudicadas <sup>(3)</sup>	BdP	-			17,9				

Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior, em percentagem (salvo indicação em contrário);

(1) Média móvel a 3 meses da taxa de variação em termos nominais; exclui material de transporte.

(2) Valores corrigidos de reclassificações e de operações de titularização de crédito.

(3) Taxa de variação acumulada no ano face ao período homólogo do ano anterior.

### Os dados mais recentes disponíveis continuam a apontar para a continuação da deterioração da evolução do investimento.

O indicador coincidente do FBCF decresceu -13,8% em Janeiro. A venda de veículos comerciais desacelerou a sua tendência de diminuição ao ter-se agravado marginalmente menos em Fevereiro. De salientar que todos os outros indicadores disponíveis (com excepção das vendas de cimento) registaram um agravamento na sua evolução.

### 3.3. Comércio Internacional

#### Resultados Globais

	Out 07-Dez 07	Out 08 -Dez 08	Δ 08/07
Total			
Saída (Fob)	9 495.8	8 453.9	-11.0%
Entrada (Cif)	15 261.4	14 285.2.0	-6.4%
Saldo	-5 765.6	-5 831.3	-1,1%
<b>Taxa de Cobertura</b>	<b>62.2%</b>	<b>59.2%</b>	-
União Europeia a 27			
Expedição	7 181.2	6 000.5	-16.4%
Chegada	11 546.7	10 922.0	-5.4%
Saldo	-4 365.6	-4 921.5	-12,7
<b>Taxa de Cobertura</b>	<b>62.2%</b>	<b>54.9%</b>	-
Países Terceiros			
Exportação	2 314.6	2 453.4	6.0%
Importação	3 714.6	3 363.2	-9.5%
Saldo	-1 400.0	-909.72	35,0%
<b>Taxa de Cobertura</b>	<b>62.3%</b>	<b>72.9%</b>	-

(em milhões de euros)

Fonte: INE

**Entre Outubro e Dezembro de 2008, o défice comercial de Portugal fixou-se em cerca de 5.831 milhões de euros, um montante que representa um agravamento face ao mesmo período do ano anterior (1,1%), embora menor do que o verificado no período anterior de Setembro a Novembro** (em que o agravamento foi de 6,4%). **No período em análise, tanto as saídas (-11%) como as entradas (-6,4%) registaram uma forte redução, levando à deterioração da taxa de cobertura referida e também a uma deterioração de 3,0 p.p. face ao período homólogo.**

Realce-se o aumento, em termos homólogos, de 5,3% nas saídas de bens alimentares e a diminuição das saídas de material de transportes e acessórios (-16,5%). Todas as outras categorias, com excepção dos bens não especificados registaram diminuições nas saídas, exactamente como no período anterior.

O défice comercial de bens energéticos ultrapassou os 2.142 milhões de euros, piorando em relação ao período anterior, provavelmente graças a uma ligeira retoma na procura, uma vez que os preços não sofreram variações significativas.

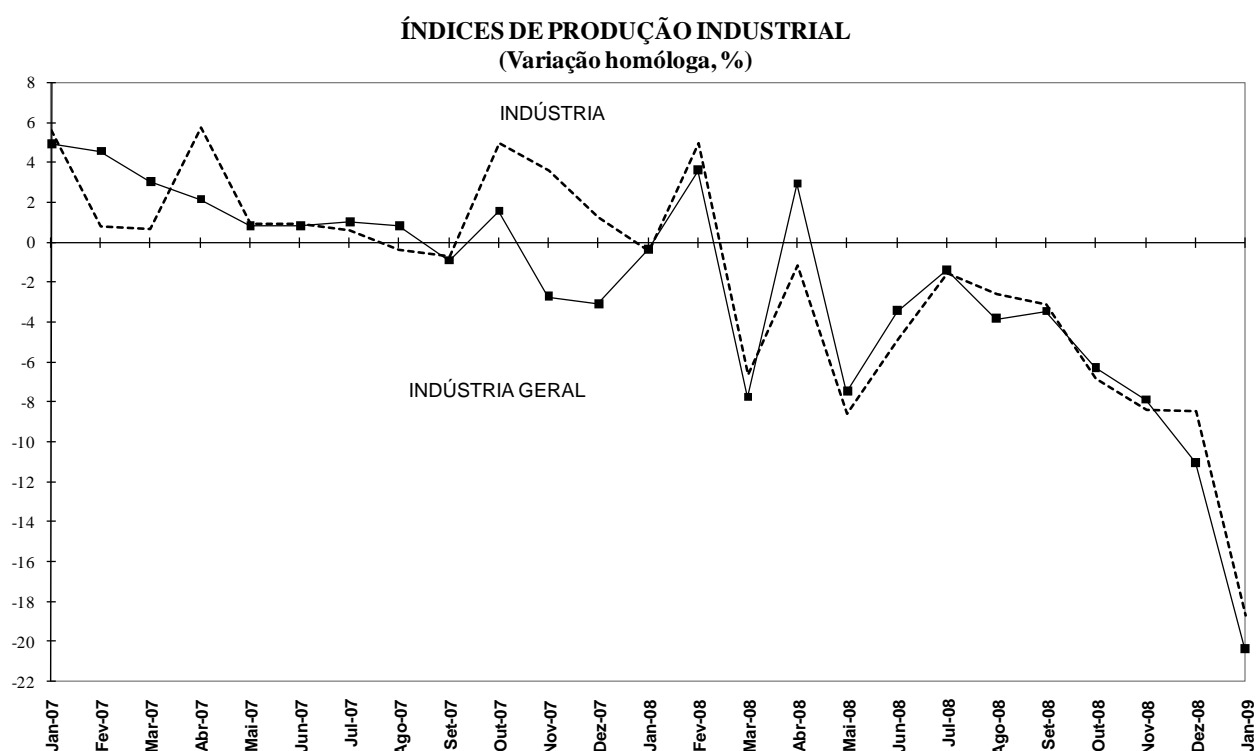
**A importância dos países terceiros à União Europeia continuou a reforçar-se, fortalecendo o seu peso nas exportações portuguesas.** Neste período, atingiram quase de 29,0% das exportações totais, contra 24,4% em igual período de 2007.

Note-se, ainda, que a taxa de cobertura das importações pelas exportações continua a ser maior no comércio extra-comunitário (cerca de 72,9%) do que no comércio com a União Europeia, ainda que tenha baixado relativamente ao período anterior.

Durante 2008 a Espanha, a Alemanha e a França foram os nossos principais fornecedores de bens, com a Espanha a aumentar ligeiramente o seu peso no total das entradas de bens. Em termos de saídas os nossos principais clientes foram a Espanha (com ligeiro decréscimo no peso), a Alemanha e a França (também com estagnação ou decréscimo). **Angola, mercado de destino com um crescimento de 34%, passou a ocupar a quarta posição em 2008, ultrapassando o Reino Unido e os Estados Unidos.**

### 3.4. Conjuntura na Indústria

De acordo com a série revista do índice de produção industrial,<sup>1</sup> em Janeiro registou-se um agravamento muito forte do ritmo de quebra, tanto em termos homólogos (tvh de -27,4%, após -17,7% em Dezembro) como em média anual (descida de 5,2%, face a 2,5% no mês anterior), **reflectindo o quadro recessivo** a nível mundial. **Na nova desagregação por ramos, destacou-se sobretudo a quebra homóloga de 20,4% na indústria transformadora** (mais 9,4 p.p. que em Dezembro), que tem um peso próximo de 80% no índice geral.



No que se refere aos agrupamentos industriais, a deterioração do comportamento homólogo foi generalizada, com as perdas a oscilarem entre 13,2% na energia e 24,8% nos bens intermédios (e outros), que continuaram a apresentar a perda média anual mais reduzida da indústria (4,8%).

<sup>1</sup> Na base 2005 e já tendo em conta a CAE Rev.3.

**ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL**

	07:	08:	08:	08:	08:	Nov-	Dez-	Jan-	
	IV	I	II	III	IV	08	08	09	TVM
									12m
Índice Geral	3,3	-0,7	-4,8	-2,4	-7,9	-8,4	-8,4	-18,7	-5,6
Industrias Extractiva	26,7	9,9	10,1	22,5	-2,7	-0,6	1,9	-34,2	4,0
Ind. Transformadora	-1,4	-1,5	-2,6	-2,9	-8,4	-7,9	-11,0	-20,4	-5,6
Elect., Gás, Vapor, Água	33,4	2,7	-20,2	-5,8	-7,2	-13,1	0,9	-6,8	-8,3
Águas, saneamento, outros	-17,2	5,0	5,0	39,0	17,3	11,5	40,1	-12,3	11,2
<i>Por grandes agrupamentos:</i>									
Bens de Consumo	-1,9	-3,8	-2,3	-2,3	-7,7	-12,8	-6,2	-13,3	-5,0
Bens Intermédios e outros*	4,4	2,7	-1,2	0,9	-11,3	-9,9	-18,8	-24,8	-4,8
Bens de Capital	-8,3	-3,8	-7,7	-3,6	-1,0	8,0	-3,3	-20,9	-5,8
Energia	22,4	0,1	-14,8	-8,3	-6,0	-8,2	5,0	-13,2	-8,5

Fonte: INE ; dados com correcção de efeitos de calendário; Base: 2005=100; CAE Rev.3; \* Inclui a recolha, tratamento e eliminação de resíduos.

Taxas de variação percentual homóloga (tvh), excepto na última coluna (taxa de variação média de 12 meses - tvh 12m)

**Atendendo à divisão da indústria transformadora em subsectores, os dados actuais permitem destacar, quanto a comportamentos negativos:**

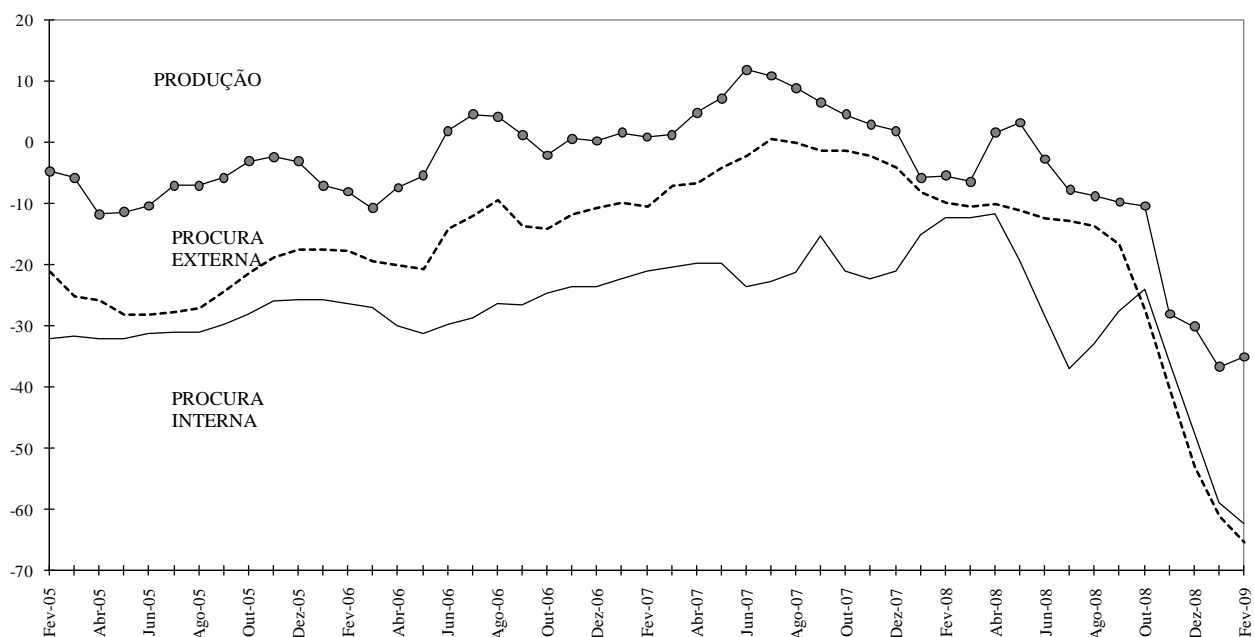
(i) a manutenção da contracção nas indústrias alimentares (tvh 12m de -1,4% em Janeiro), de bebidas (-3,6%), do tabaco (-8,3%), têxteis (-8,8%), do vestuário (-11,4%), de couro e produtos de couro (-10,9%), de madeira e cortiça (-8,2%), de impressão e afins (-2,3%), de produtos petrolíferos (-9,1%), de produtos químicos (-11,8%), de borracha e plásticos (-10,8%), de minerais não metálicos (-9,8%), de equipamento eléctrico (-2,4%), de máquinas e aparelhos eléctricos (-3,2%), de veículos automóveis (-14,1%), de mobiliário e colchões (-1,2%); a quebra de produção nas indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos (tvh 12m de -1% e -2,2% em Janeiro, respectivamente, após 3,3% e 1,1% em Dezembro);

(ii) o abrandamento da produção nas indústrias de máquinas e equipamentos (de uma tvh 12m de 7,5% em Dezembro, para 4% em Janeiro) e de recolha e tratamento de resíduos (de 13% para 11,2%).

**Quanto a comportamentos positivos, salienta-se:**

(i) A aceleração da produção nas indústrias de pasta e papel (de uma *tvm* 12m de 0,9% em Dezembro para 1% em Janeiro) e de produtos farmacêuticos (de 6,3% para 6,4%).

### PRODUÇÃO E PROCURA NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA Média Móvel de 3 meses - s.r.e.



**A evolução da actividade na indústria transformadora ter-se á deteriorado ainda mais em Fevereiro, tendo em conta a nova descida das avaliações da produção corrente e da procura global no respectivo inquérito do INE, renovando os mínimos das séries iniciadas em 1994. As avaliações do nível de existências apontaram para uma maior acumulação involuntária de *stocks*.**

De acordo com a repartição por tipo de bens, **a avaliação da produção corrente piorou em todas as indústrias, o mesmo acontecendo no caso da carteira de encomendas, com excepção das indústrias automóvel e de bens intermédios ao nível da procura externa**, onde se verificou um desagramento ligeiro. Foram também estas duas indústrias que forneceram a indicação de uma maior acumulação de *stocks*.

**No que se refere ao índice de volume de negócios da indústria, a nova série revelou também uma grande intensificação das perdas em Janeiro (para 21,6% em termos homólogos e 2,8% em média anual, em termos nominais), em particular no mercado externo.**

**Nos agrupamentos, as perdas homólogas alargaram-se em todas as indústrias, oscilando entre 8,1% nos bens de consumo e 33% na energia, que passou a acompanhar a tendência de descida em média anual (tvm 12m de -0,2%, após 3,4% em Dezembro). As indústrias de bens de consumo continuaram a registar a descida mais forte em média de 12 meses (4,5%).**

**No que se refere a informação avançada, os dados mais recentes, do inquérito à indústria transformadora de Fevereiro, apontaram para uma evolução um pouco menos desfavorável da produção e dos preços de venda nos próximos meses.** As avaliações da produção e dos preços previstos registaram subidas ligeiras em Fevereiro, situando-se ainda próximos dos níveis mínimos.

### 3.5. Preços

	07: III	07: IV	08: I	08:II	Out 08	Nov 08	Dez 08	Jan 09	Fev 08	tvm 12m
IPC Total	2,2	2,7	3,0	2,9	2,3	1,4	0,8	0,2	0,2	2,1
IPC Bens	1,7	2,5	2,6	2,9	2,0	0,6	-0,5	*0,8	-0,8	1,8
IPC Serviços	3,0	3,0	3,5	2,8	3,2	2,8	3,0	1,5	-1,4	2,7

Fontes: INE; Banco de Portugal

Taxas de variação percentual face ao período homólogo do ano anterior, salvo outra indicação.

Em Fevereiro, **o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação homóloga de 0,2%**, idêntica ao valor de Janeiro., **A variação mensal foi nula. A variação média dos últimos doze meses baixou para 2,1%**. A inflação encontra-se visivelmente abaixo da evolução dos preços na zona do euro (cerca de 1,0 p.p. em tvh). Segundo o Eurostat, a taxa de inflação homóloga medida pelo HIPC para Portugal foi de 0,1%, a mais baixa da UE, juntamente com a Irlanda.

**A tvh do IPC foi inferior em 1,2 p.p. ao indicador da inflação subjacente** (medido pelo índice total excepto produtos alimentares não transformados e industriais energéticos), que teve uma variação homóloga de 1,6%, tendo desacelerado 0,3 p.p.

No mês de Fevereiro são de destacar descidas de preços (em termos homólogos) no vestuário e calçado, na saúde, no lazer, recreação e cultura, e, sobretudo, nos transportes e nas comunicações.

**O indicador de competitividade-custo para a economia portuguesa** (calculado com base nos custos laborais por unidade produzida) **recuou perto de 0,33% durante o**

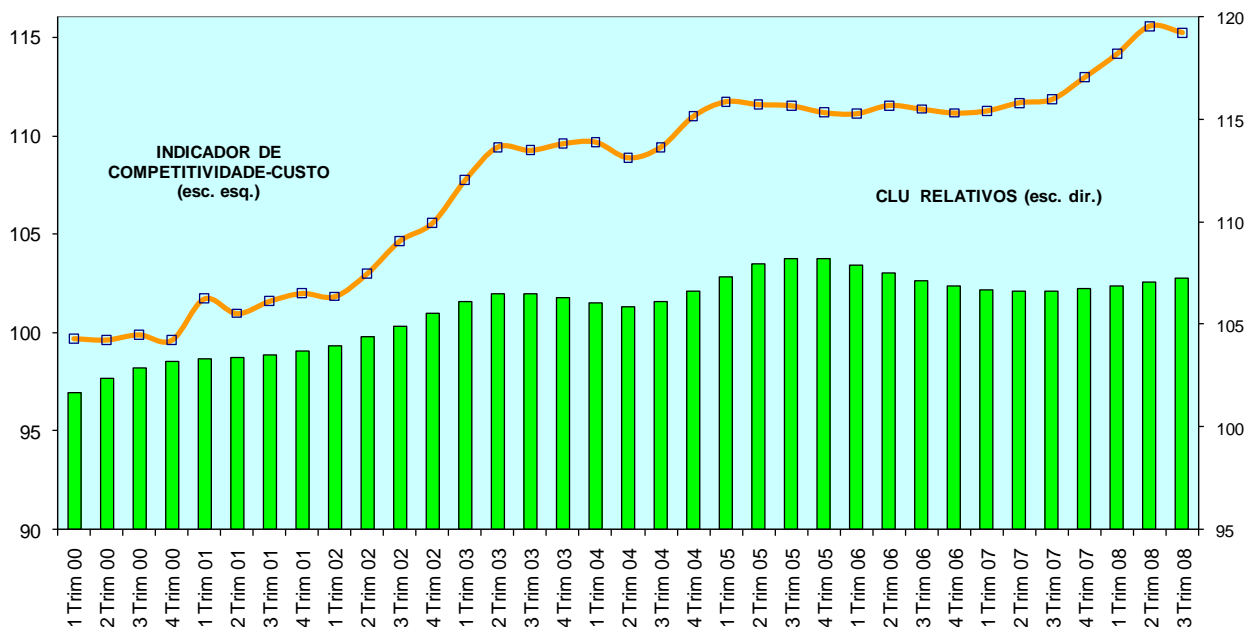


**terceiro trimestre de 2008**, invertendo a sua tendência de crescimento iniciada nos últimos trimestres de 2006.

De acordo com os dados da Comissão Europeia, **em termos homólogos, o mesmo indicador desacelerou pela primeira vez**, passando de uma taxa de crescimento de 3,48%, no trimestre anterior, **para 3,03%, o que aponta para um ritmo inferior de perda de competitividade da economia nacional**, neste período.

**Esta evolução resulta unicamente da evolução da taxa de câmbio já que os custos laborais unitários relativos continuam a apresentar um desempenho com poucas e ligeiras oscilações nos últimos dois anos.** Com efeito, no terceiro trimestre de 2008, os custos laborais unitários relativos subiram 0,68%, enquanto que no ano de 2007 terão recuado perto de 1,58%. Por outro lado, no terceiro trimestre de 2008, a componente cambial demonstrou uma evolução mais favorável do que em 2007. O desempenho positivo da componente cambial foi, assim, suficiente para compensar a ligeira subida dos custos unitários laborais relativos.

**Indicador de Competitividade-Custo e Custos Laborais Unitários Relativos (1999 = 100)**



Nota: um aumento (descida) do índice significa uma apreciação (depreciação) real e, conseqüentemente, uma perda (ganho) de

*O indicador de competitividade-custo é elaborado pela Comissão Europeia e incorpora os custos laborais unitários relativos de Portugal (total da economia) calculados face aos vinte e três principais parceiros comerciais (restantes países da UE15 mais os EUA, Canadá, Japão, Suíça, Noruega, Austrália, Nova Zelândia, México e Turquia)*

### 3.6. Conjuntura de Pagamentos com o Exterior

	2005	2006	Jan-Dez 07	Jan-Dez 08	Δ
<b>Balança Corrente</b>	<b>-14.139</b>	<b>-15.680</b>	<b>-15.513</b>	<b>-20.002</b>	<b>28,9%</b>
Mercadorias	-16.362	-16.665	-17.491	-21.108	20,7%
Serviços	3.843	4.804	6.720	6.906	2,8%
Rendimentos	-3.894	-6.340	-7.376	-8.295	12,5%
Transferências Correntes	2.274	2.521	2.634	2.496	-5,2%
<b>Balança de Capital</b>	<b>1.721</b>	<b>1.219</b>	<b>2.061</b>	<b>2.463</b>	<b>19,5%</b>
<b>Balança Financeira</b>	<b>13.062</b>	<b>13.313</b>	<b>14.684</b>	<b>18.174</b>	<b>23,8%</b>
Investimento Directo	1.463	3.455	-428	1.657	-487,1%
De Portugal no exterior	-1.697	-5.557	-4.542	-1.581	-65,2%
Do exterior em Portugal	3.160	9.011	4.115	3.237	-21,3%
Investimento de Carteira	-1.191	2.600	9.405	13.475	43,3%
Activos	-15.975	-7.866	-8.871	-11.935	34,5%
Passivos	14.784	10.466	18.276	25.410	39,0%
Outro Investimento	11.524	5.559	4.313	2.412	-44,1%
Activos	-845	-13.663	-11.768	11.309	-196,1%
Passivos	12.369	19.221	16.081	-8.897	-155,3%
Derivados Financeiros	-164	-220	681	709	4,1%
Activos de Reserva	1.431	1.919	713	-79	-111,1%
<b>Erros e Omissões</b>	<b>-644</b>	<b>1.149</b>	<b>-1.232</b>	<b>-636</b>	<b>-48,4%</b>

dados provisórios expressos em milhões de euros (m.e.)

Fonte: Banco de Portugal

*Nota prévia: a análise evolutiva das várias rubricas da Balança de Pagamentos deve ser feita com especial cautela, atendendo ao carácter provisório dos dados e à disparidade de valores da componente "erros e omissões" nos períodos em confronto, esperando-se a sua redução e redistribuição pelas outras componentes da Balança de Pagamentos.*

De acordo com informação provisória do Banco de Portugal, **o défice da Balança corrente aumentou 28,9% em 2008, para perto de 20 mil m.e., ou 12% do PIB, o que traduz um dos rácios mais elevados de sempre, retomando a trajetória de subida interrompida em 2007** (nesse ano, o rácio no PIB foi de 9,5%, após 10,1% em 2006). **O alargamento significativo do défice corrente em 2008 resultou da deterioração das principais componentes, com excepção da balança de serviços, onde se verificou uma melhoria ligeira do saldo excedentário (2,8%, ou 186 m.e.). O principal contributo negativo veio da balança de mercadorias, com um agravamento de 3617 m.e. no**

**respectivo saldo deficitário**, seguindo-se o reforço de 919 m.e. no défice da balança de rendimentos e a descida de 138 m.e. no excedente líquido de transferências correntes.

Pelo contrário, **a balança de Capital registou um acréscimo significativo no respectivo saldo excedentário em 2008** (19,5%, para 2463 m.e.), reflectindo a evolução das entradas líquidas de fundos comunitários. **O défice agregado das balanças corrente e de capital ascendeu a 17539 m.e. em 2008, o que traduz um agravamento de 30,4%** em comparação anual.

**Reflectindo o acréscimo das necessidades de financiamento, o excedente da Balança Financeira alargou-se para 18174 m.e. (mais 23,8%), com contributos positivos do investimento directo líquido e investimento de carteira. A recuperação do investimento directo líquido (saldo de 1657 m.e., após -428 m.e. em 2007) traduziu a redução mais forte nos fluxos de saída do que de entrada de capital**, enquanto a evolução do investimento de carteira (aumento do excedente em 4070 m.e.) ficou associada ao incremento mais acentuado dos passivos do que dos activos sobre o exterior. **O comportamento destas duas rubricas mais do que compensou a redução do saldo positivo de “outro investimento”, com os dados a indicarem uma predominância da venda de activos sobre a redução de passivos.**

**Principais sítios da Internet consultados** na elaboração do Relatório Mensal de Economia:**Economia Internacional:**

[www.boj.or.jp/en](http://www.boj.or.jp/en) (Banco do Japão)  
[www.ecb.int](http://www.ecb.int) (Banco Central Europeu)  
[www.bloomberg.com](http://www.bloomberg.com) (agência noticiosa Bloomberg)  
[www.bea.doc.gov](http://www.bea.doc.gov) (*Bureau of Economic Analysis* - EUA)  
[www.bls.gov](http://www.bls.gov) (*Bureau of Labor Statistics* - EUA)  
[www.census.gov](http://www.census.gov) (*Census Bureau* - EUA)  
[http://europa.eu.int/comm/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/index_en.htm) (Comissão Europeia)  
[www.conference-board.org](http://www.conference-board.org) (Instituto *Conference Board* - EUA)  
[www.cbo.gov](http://www.cbo.gov) (*Congress Budget Office* - EUA)  
[www.esri.cao.go.jp/en](http://www.esri.cao.go.jp/en) (*Economic and Social Research Institute* - Japão)  
<http://epp.eurostat.cec.eu.int/portal/> (Eurostat)  
[www.federalreserve.gov](http://www.federalreserve.gov) (*Federal Reserve* - EUA)  
[www.imf.org](http://www.imf.org) (Fundo Monetário Internacional)  
[www.stat.go.jp/english](http://www.stat.go.jp/english) (Gabinete de Estatística japonês)  
[www.mof.go.jp](http://www.mof.go.jp) (Ministério das Finanças japonês)  
<http://metalsplace.com> (notícias sobre metais)  
[www.oecd.org](http://www.oecd.org) (Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Económico)  
[http://europa.eu.int/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/index_pt.htm) (Portal da União Europeia)  
<http://finance.yahoo.com> (Secção Financeira do Yahoo)  
<http://metalsplace.com> (sítio especializado em notícias sobre metais de base)

**Economia Nacional:**

[www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt) (Banco de Portugal)  
[www.dre.pt](http://www.dre.pt) (Diário da República Electrónico)  
[http://europa.eu.int/comm/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/index_en.htm) (Comissão Europeia)  
[www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) (Comissão de Mercados de Valores Mobiliários)  
[www.dgo.pt](http://www.dgo.pt) (Direcção-Geral do Orçamento – Ministério das Finanças)  
[www.imf.org](http://www.imf.org) (Fundo Monetário Internacional)  
[www.gpeari.min-financas.pt](http://www.gpeari.min-financas.pt) (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais – Ministério das Finanças)  
[www.ine.pt](http://www.ine.pt) (Instituto Nacional de Estatística)  
[www.min-economia.pt](http://www.min-economia.pt) (Ministério da Economia e da Inovação)  
[www.oecd.org](http://www.oecd.org) (Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Económico)  
[www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt) (Portal do Governo)